

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

ALINE SARDIN PADILLA DE OLIVEIRA

**A função-supervisão:
Efeito de um método narrativo de partilha e cuidado em equipe na escuta com
a rua**

Porto Alegre
2019

ALINE SARDIN PADILLA DE OLIVEIRA

A função-supervisão:

**Efeito de um método narrativo de partilha e cuidado em equipe na escuta com a
rua**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Área de concentração: Psicanálise

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra
Djambolakdjian Torossian

Porto Alegre

2019

Nome: Aline Sardin Padilla de Oliveira

Título: A função-supervisão: efeito de um método narrativo de partilha e cuidado em equipe na escuta com a rua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Jacqueline de Oliveira Moreira
Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais (PUC-Minas)

Dr.^a Maria Marta Borba Orofino
Grupo Hospitalar Conceição (GHC)

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Pasini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço com todo meu coração à orientação cuidadosa e atenta da Sandra. Esta experiência de mestrado só foi possível em toda sua potência graças a acolhida que fizestes as minhas histórias. Sou eternamente grata.

À Mayara, Mateus, Carol, Laura, Yanisa, Cris e Luiz Fernando, colegas do grupo de pesquisa. Obrigada por ofertarem um espaço de escuta das angústias, mas principalmente pela oferta das aberturas possíveis para a experiência de escrita.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, pela transmissão e partilha do processo de se fazer um mestrado.

À leitura generosa realizada pela banca de qualificação: Marta Orofino, Vera Pasini e Rosana Onocko-Campos. E principalmente pelo aceite em continuar acompanhando esta experiência, à Marta Orofino, Vera Pasini, e agora, à Jacqueline de Oliveira.

À equipe do Serviço de Abordagem Social Humaitá/Navegantes/Bela Vista/Bom Fim, com os quais divido cotidianamente as experiências mais intensas. Não tenho como agradecer os aprendizados constantes! Obrigada pela confiança em compartilharem comigo suas histórias e acolherem as minhas!

À Ana Laura, Daiane e Thaís, companheiras na caminhada *psí*, que me lembram constantemente que não estou só.

Ao Rafael, pelo carinho e, principalmente, pela paciência.

Ao amparo incondicional de minha mãe.

À minha irmã, a qual nunca me deixa esquecer da importância dos contos de fadas.

RESUMO

Oliveira, A. P. (2019). *A função-supervisão: efeito de um método narrativo de partilha e cuidado em equipe na escuta com a rua*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Esta pesquisa surge a partir da experiência de trabalho no Serviço de Abordagem Social do município de Porto Alegre. Início a discussão refletindo sobre o processo de contar e escutar histórias com a rua como processo de trabalho em equipe. Para inscrever a rotina de trabalho na dissertação do mestrado, escrevo duas histórias, as quais surgem no encontro com o mundo das fantasias. O enlace entre a pesquisa e a ficção foi o fio condutor para deslocar o olhar de trabalhadora, para o de pesquisadora. As histórias surgem a partir da experiência comum do cotidiano do trabalho da equipe de Abordagem Social, a qual que foi singularizado pela pesquisadora. Sendo assim, aposto no retorno desse processo de singularização ao coletivo, como uma metodologia para analisar os efeitos do compartilhamento das histórias entre a equipe de abordagem social. Desse processo, inaugurou-se um espaço de cuidado entre a equipe de trabalho a partir dos efeitos produzidos, aqui identificados como: autoria, transmissão, tempo e função-supervisão. Pontos que destacam a importância da construção de processos de cuidado coletivo em meio ao cotidiano de trabalho. Em que a arte se apresenta como uma importante ferramenta para ofertar a leveza, a parada e, principalmente, abertura para novas histórias.

Palavras-chave: narrativas literárias; população em situação de rua; equipe; compartilhar; supervisão.

ABSTRACT

Oliveira, A. P. (2019). *The supervision function: effect of a narrative method of sharing and team care with the listening of the streets*. (Masters Dissertation). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

The present study comes from the work experience in the Service of Social Approach, at Porto Alegre. I begin the discussion by reflecting on the process of telling and listening to stories with the streets as a process of a collective team work. In order to tell about the work routine in the master's dissertation, I write two stories, which arise in the encounter with the fantasy world. The link between research and fiction was the guiding thread for shifting the gaze of a worker to the gaze of a researcher. The stories emerge from the common experience of the daily work of the Social Approach team, which was singularized by the researcher. Thus, I made use of the return of this process of singularization to the collective as a methodology to analyze the effects of the story sharing among the Social Approach team. From this process, a care space was inaugurated among the work team based on the effects produced, identified here as: authorship, transmission, time and supervisory function. Points that highlight the importance of building collective care processes in the routine of daily work. In which the art presents itself as an important tool to offer lightness, stopping times and, especially, openness to new stories.

Keywords: literary narratives; homeless population; team; sharing; supervision.

SUMÁRIO

Onde surgem as histórias	8
1. O Serviço de Abordagem Social	12
2. Questões iniciais	17
2.1 O trabalho em equipe.....	17
2.2 O dispositivo da supervisão	21
2.3 Escutadores de histórias	22
2.4 Contadores de histórias	25
2.5 O tempo	27
3. A ficção e o pesquisar	31
A escuta das pedrinhas em meio ao caminho.	36
Uma história sem cabeça, ou Uma cabeça sem história.	38
4. Compartilhando histórias, elaborando uma metodologia	40
5. A partilha das histórias de <i>Alice</i>	44
5.1 Os efeitos de uma história compartilhada	46
6. Momento de concluir: aberturas possíveis a partir da <i>função-supervisão</i>	53
Referências bibliográficas	57

Onde surgem as histórias

Los científicos dicen que estamos hechos de átomos,
pero a mí un pajarito me contó que estamos hechos de
historias.
Eduardo Galeano

As histórias que me habitam e fazem com que eu habite o mundo foram aquelas que me contaram, que eu vivi, ou aquelas que inventei, roubei, emprestei. Há aquelas histórias nas quais me conto e as quais tento contar aos outros. São inquietas, histórias que foram comigo compartilhadas e que também procuro compartilhar com outros por onde caminho.

As histórias inquietas que me colocam na escrita desta pesquisa surgem ao longo da experiência em tornar-me psicóloga. Ao longo da minha formação participei de um projeto de extensão universitária enquanto contadora de histórias na Casa dos Cata-Ventos¹, entre 2012 e 2016. Durante esses anos, aprendi, junto com meus colegas e com as crianças que frequentavam as oficinas de contação de histórias da Casa, como ser uma contadora e escutadora de histórias. Nas oficinas compartilhávamos com as crianças as histórias que os livros, que os contos de fadas e que o mundo da imaginação, nos contavam. Nossa aposta era de que a contação de histórias seria um dispositivo clínico no trabalho de escuta com as crianças.

A partir de 2015, escuto e compartilho novas histórias enquanto psicóloga na política de assistência social do município de Porto Alegre. Esse fazer, atualmente, está situado no Serviço de Abordagem Social, o qual atua junto a pessoas e famílias em situação de rua. No trabalho que acontece no encontro com a rua, me vi, junto com meus colegas de equipe, trabalhando novamente com histórias. Essas que agora eram contadas não mais pelo mundo da fantasia, mas pelas pessoas que se encontram em situação de rua. Histórias inquietas, carregadas de desamparo e violências, mas também de alegrias e esperança. E a equipe de abordagem social seguia ali, escutando.

Após o encontro com as pessoas atendidas, seguíamos para um novo encontro, agora entre os trabalhadores. De escutadores, passamos a contadores de histórias

¹Para mais informações sobre a Casa dos Cata-Ventos, ver:
<http://www.apoa.com.br/correio/educacao/257/sumario/335>

em reuniões de equipe, nas quais compartilhamos os atendimentos realizados. Muitas vezes iniciamos com um relato da cena da abordagem, buscando refletir qual era o encaminhamento possível a ser dado, em qual lugar “encaixar” as “informações coletadas”. No entanto, em alguns momentos, conseguíamos parar e contar: contar as histórias que escutamos. E, ao narrar uma história, conseguimos também nos colocar na cena: dizer o que sentimos, do que lembramos – conseguíamos então falar de um encontro, uma escuta *com* alguém e não *de* alguém. E acabávamos muitas vezes com o mesmo encaminhamento: retornar e seguir escutando. Assim, escutando, contando e elaborando as histórias que nos contam, construímos uma forma de escutar os sujeitos que atendemos, de escutar nossos processos de trabalho e de nos escutarmos enquanto trabalhadores da rua.

A partir dessa experiência de trabalho em equipe com a população em situação de rua, busco o mestrado acadêmico como um espaço de reflexão e abertura. No entanto, quando precisei iniciar a escrita, algo fez resistência. A imagem formal da folha em branco não foi possível para acolher a experiência tão viva de uma trabalhadora que se põe a pesquisar. Foi quando retomei a leitura de uma história que me acompanha desde criança, *Alice no País das Maravilhas*, que consegui (in)(e)screver algo da experiência enquanto questão para o pesquisar. Assim, escrevi duas histórias, guiadas pelos contos de fadas, sobre uma personagem, a *Alice*. E foi, através de *Alice*, que o trabalho cotidiano com a rua se enlaça na pesquisa. Além disso, foi também por ela que consegui partilhar essa experiência com a equipe de Abordagem Social.

Para dar início a esta dissertação, inicio situando o Serviço de Abordagem Social dentro da Política de Assistência Social, da qual faz parte. Entre marcos históricos e deslizamentos conceituais, discorro sobre a rotina do trabalho com as pessoas em situação de rua e as possibilidades de intervenção

Logo após, na seção que intitulo como “Questões iniciais”, disserto sobre alguns pontos que surgem a partir do trabalho no Serviço de Abordagem Social. Essa marcação temporal diz respeito a questões que me acompanham há algum tempo e que me colocaram na escrita deste percurso acadêmico. A primeira questão diz respeito ao trabalho em equipe: como se constitui um trabalho coletivo, como se dá a construção do caso em equipe e seus processos de elaboração. A segunda questão diz respeito ao dispositivo de supervisão clínico-institucional, o qual se apresenta

como estratégia importante nos processos de trabalho em equipe e em instituições. A terceira e a quarta questão estão apresentadas separadamente, mas relatam um processo contínuo de trabalho de escutar e contar histórias. Nesses aspectos, busco ponderar sobre a rotina de trabalho da equipe de abordagem social nestas duas posições: ora escutadores de histórias, ora contadores de histórias. O fio que tece a discussão é acerca das contribuições do campo psicanalítico para a escuta de sujeitos na política de Assistência Social. Além disso, a Psicanálise também contribui para a elaboração do trabalhador frente à sua escuta, pelo processo de narrar coletivamente sua experiência de atendimento. E, por fim, discorro sobre o tempo que pauta a intervenção nas políticas públicas e na aposta de que, pela discussão acerca dos tempos lógicos do sujeito, possamos encontrar pistas apressar lentamente o trabalho com a rua.

No capítulo intitulado “A ficção e o pesquisar”, desenvolvo teoricamente como a ficção pode ser uma estratégia para o distanciamento do cotidiano de trabalho para que haja a passagem para o olhar do pesquisador. Além disso, discorro sobre a ficção e as narrativas como ferramentas importantes para dar conta de falar sobre as vivências junto aos contextos vulnerabilizados socialmente.

Logo após, apresento as duas histórias que escrevi sobre a personagem *Alice*, as quais buscam narrar a experiência de trabalho em equipe com a população em situação rua.

A partir dos enlaces teóricos entre as políticas públicas e o mundo das fantasias, construo, no capítulo “Compartilhando histórias: uma metodologia”, um método para aproximar a escrita acadêmica do cotidiano de trabalho. A partir dos conceitos de leituras compartilhadas, de Michéle Petit, e partilha do sensível, de Jacques Rancière, encontro no compartilhar uma importante forma de interlocução com a equipe de trabalho.

Assim, escolho compartilhar as histórias de *Alice* com o coletivo de trabalho a fim de observar os efeitos do encontro da aridez do trabalho cotidiano com a leveza proporcionada pela ficção. Esse momento foi relatado no capítulo “A partilha das histórias de *Alice*”.

Os efeitos observados foram analisados, no subcapítulo “Os efeitos de uma história compartilhada”, em quatro pontos, os quais estão em interlocução: autoria, transmissão, tempo e a *função-supervisão*. Pontos que destacam a importância da

construção de processos de cuidado coletivo em meio ao caótico cotidiano de trabalho. Em que a arte se apresenta como uma importante ferramenta para ofertar a leveza, a parada e, principalmente, abertura para novas histórias.

1. O Serviço de Abordagem Social

A política pública de Assistência Social no Brasil é considerada parte do tripé da seguridade social pela Constituição Federal de 1988: Saúde, como direito de todos; Previdência Social, de caráter contributivo, e Assistência Social, para quem dela necessitar. É esse um processo importante, pois afasta do campo da caridade a garantia de direitos sociais básicos, colocando a Assistência Social como dever do Estado. No entanto, foi apenas em 1993 que essa política foi regulamentada pela aprovação da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.

Desde então, temos como balizadores marcos importantes, como: a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005 e a organização, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em 2009.

No município de Porto Alegre, mesmo antes da formalização do SUAS, já havia práticas voltadas ao cuidado na Assistência Social. Eram ações executadas por grupos religiosos, instituições não-governamentais e gestão municipal, mas que serviram de inspiração para a organização nacional para essa atuação. A implementação da política de Assistência Social no município de Porto Alegre foi organizada pela PNAS, quando, então, a prefeitura municipal assumiu a sua gestão por meio da Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC). O reordenamento dos serviços, a partir da Tipificação, iniciou no ano de 2009 pela atual FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania.

A política de Assistência Social se organiza em níveis de proteção social, dividida em duas: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), na qual se encontram ainda mais duas subdivisões por complexidade – a média e a alta. Pela Tipificação, o Serviço Especializado em Abordagem Social encontra-se na PSE, pertencendo à média complexidade e é executado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS. Encontramos no documento da Tipificação a seguinte definição a respeito desse serviço:

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua,

dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (Brasil, 2014, p. 31).

Sendo assim, esse serviço é colocado a atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. A definição de sobrevivência é dada àquelas pessoas que se utilizam do espaço da rua como forma de conseguir recursos materiais e/ou financeiros para seu sustento, mas não fazem da rua sua morada. A metodologia para o atendimento deste público é através da Abordagem Social, a qual é definida como:

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social (Brasil, 2013, p. 7)

No município de Porto Alegre, o atendimento à população em situação de rua já se organizou de diferentes maneiras. Na década de 90, essa população era atendida seguindo a divisão de faixa etária: o Serviço de Educação Social de Rua – SESRUA (para crianças e adolescentes) – e o Atendimento Social de Rua – ASR (para adultos). Em 2007, a prefeitura de Porto Alegre, em parceria com Organizações da Sociedade Civil, constrói o Projeto Ação Rua. Esse projeto prevê a execução do Serviço de Abordagem Social por diferentes entidades da sociedade civil, novamente com recorte de faixa etária: apenas o atendimento e acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de rua moradia e/ou trabalho infantil. O atendimento à população adulta em situação de rua seguiu sendo realizado pelo ASR e, a partir da implementação dos CREAS, por esses equipamentos.

Em 2014, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre assinou o Termo de Adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua e instituiu o Comitê Municipal Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento à Política para População em Situação de Rua, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Esse comitê se reunia em formato de colegiado e tinha a importante representação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Em 2015, foi apresentado pelo governo municipal um novo Plano de Atenção Pop Rua, no qual destaco a descentralização total do Serviço de Abordagem Social dos CREAS para

entidades conveniadas à FASC. Sendo assim, desde 2016 até o presente momento, o Serviço de Abordagem Social em Porto Alegre é executado por nove Organizações da Sociedade Civil, sendo referenciados a nove CREAS.

A atuação desse serviço tem como abrangência todo o município de Porto Alegre, o qual é dividido por bairros entre 14 equipes. As equipes são compostas por: coordenação, técnicos sociais (profissionais com ensino superior completo, com prevalência a formação em Psicologia e Serviço Social) e educadores sociais (profissionais com ensino médio completo, podendo estar cursando, ou ter completado o nível superior). As equipes de Abordagem Social iniciam o atendimento à população em situação de rua através de três maneiras: abordagens sociais sistemáticas, solicitações de abordagem social e encaminhamentos via rede socioassistencial.

As abordagens sociais sistemáticas se constituem como a principal atuação das equipes. Elas se dão através do mapeamento territorial de atuação, em que se busca identificar os locais que apresentam situações de rua moradia e/ou sobrevivência. Através desse mapeamento, as equipes organizam saídas sistemáticas à rua com intuito de abordar as pessoas identificadas.

As solicitações de abordagem podem ser realizadas por qualquer pessoa que circule por Porto Alegre e identifique a necessidade de atendimento a pessoas em situação de rua moradia e/ou sobrevivência. Essas solicitações chegam de diferentes maneiras às equipes (telefone, e-mail ou processos institucionais), as quais realizam as abordagens.

Cabe ressaltar que aqui se encontra um dos principais desafios que identifiquei no trabalho do Serviço de Abordagem Social. Essa via de diálogo (o qual muitas vezes não acontece) com a cidade é uma tarefa árdua aos trabalhadores, por se depararem com os diferentes discursos e olhares à população em situação de rua. As solicitações, infelizmente, chegam carregadas de preconceitos, palavras ofensivas e com demandas urgentes de remoções das pessoas em determinados logradouros. Esse discurso violento acarreta em uma tensão entre os trabalhadores, sendo necessária a elaboração por parte deles frente à crueldade escutada, ou lida, nas solicitações de abordagem social.

Por fim, chegamos até a população em situação de rua pelo encaminhamento dos próprios serviços da rede intersetorial de políticas públicas. Estes, identificam a necessidade de um atendimento especializado e encaminham o usuário para

atendimento pelo Serviço de Abordagem Social.

Assim, o trabalho executado pelo Serviço de Abordagem Social tem como seu cenário principal de intervenção a rua. Os atendimentos realizados se dão no cordão da calçada, em bancos de praças, locais públicos que acolhem a intervenção dos trabalhadores. A escuta é realizada sob o olhar da cidade: pessoas externas ao atendimento passam, olham, param. Alguns curiosos, buscam entender o que ali acontece, outros reprovam o serviço realizado. No entanto, tentamos ao máximo “proteger” a cena da abordagem, então buscamos executá-la no mínimo em duas pessoas, para que uma possa garantir a escuta atenta do sujeito e a outra – a quem jocosamente chamamos de “contenção” – se ocupa de dar conta e também escutar as intervenções externas ao atendimento.

Além da abordagem social, as equipes também se ocupam em acompanhar as pessoas atendidas pelos diferentes serviços intersetoriais na cidade. Intervenção que se assemelha ao dispositivo do Acompanhamento Terapêutico, em que a escuta do sujeito atendido se dá em sua circulação pela cidade. Através dos acompanhamentos, a equipe se põe lado a lado da pessoa em situação de rua em sua circulação pela cidade e no seu acesso a diferentes equipamentos da política pública (como Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e órgãos para confecção da documentação civil).

Esta dissertação se desenha nos cenários descritos acima. Pelas ruas, calçadas, entre histórias de vida e cenários de violência. No entanto, não me encontro só. Minha atuação enquanto psicóloga se insere em uma equipe de abordagem social composta por onze pessoas: um coordenador, quatro técnicas sociais (duas Psicólogas e duas Assistentes Sociais) e seis educadores sociais (com diferentes formações acadêmicas).

Nossa equipe se divide em dois grupos para atendimento a 11 bairros, assim uma das micro equipes (duas técnicas sociais e três educadores) atende cinco bairros, e a outra (também com duas técnicas sociais e três educadores) atende seis bairros. Eu componho a equipe que atende seis bairros do município de Porto Alegre, em uma região central e com alta concentração de renda.

Mesmo que encontremos definições oficiais que balizam a nossa atuação enquanto Serviço de Abordagem Social, ao longo da minha experiência (que já conta com quase cinco anos), identifico a possibilidade de criação metodológica e,

principalmente, a construção de uma postura ética de atendimento a pessoas em situação de rua, as quais extrapolam os documentos oficiais. É, sobre esse processo singular e coletivo de elaboração e construção do processo de trabalho no Serviço de Abordagem Social, que busco desenvolver esta dissertação.

2. Questões iniciais

A partir do desejo em refletir sobre a experiência do processo de trabalho em equipe com pessoas em situação de rua, considero que algumas questões precisam ser destacadas. Intitulo como questões iniciais, pois foram a partir destes pontos que a pesquisa deu seus primeiros passos, sendo eles: o trabalho em equipe, o dispositivo da supervisão, o escutar e o contar histórias e a relação do processo de trabalho com o tempo.

2.1 O trabalho em equipe

Ana Cristina Figueiredo (2005) indica que uma importante consideração da psicanálise para o trabalho em equipe é que não há como trabalhar sozinho, sendo o processo de elaboração da escuta nunca solitário. Discute que o ato é produzido no um a um, mas, por mais solitário que o ato seja, ele não é intransmissível, pois, a cada ato, há um saber produzido, sendo necessária a sua partilha. A possibilidade de coletivizar esse saber é dada a partir da necessidade da equipe de se reunir com frequência, compartilhando as diversas intervenções realizadas; isso faz com que a responsabilidade sobre o ato seja compartilhada. Figueiredo afirma que o saber partilhado é o qual se recolhe de cada caso, a cada intervenção. Aquilo que é recolhido funciona como pistas fornecidas pelo sujeito na direção do processo de trabalho. Aqui Figueiredo aponta um aspecto imprescindível para a construção coletiva do trabalho em equipe: o ato de intervenção com o sujeito atendido. A autora pondera que apenas o fato de se estar entre vários profissionais não é garantia de que o trabalho se dará em equipe. A possibilidade de se construir um processo de trabalho coletivo só é possível a partir da intervenção com os sujeitos atendidos. A construção do caso e a direção do tratamento se dá a partir do compartilhamento dos saberes produzidos pelas diferentes intervenções entre a equipe de trabalho. Essa partilha é o que possibilita a tessitura entre os vários trabalhadores e que instaura uma direção comum de intervenção. Sendo assim, é, a partir do caso, que se inaugura um processo de trabalho coletivo.

A respeito da construção do caso, Figueiredo (2004), a partir de sua experiência em equipamentos da rede pública de saúde mental, aponta caminhos para tal tarefa

a partir da escuta partilhada. A autora define que o caso seria os elementos que se recolhe do discurso do sujeito, colocando esse processo na dimensão da construção. Esta, por sua vez, tem como finalidade a partilha de determinados elementos de cada caso em um trabalho conjunto. A partilha se dá quando se recolhe da experiência clínica algo transmissível e avaliável para cada caso.

Assim, Figueredo apresenta balizadores que indicam caminhos da construção do caso, a partir de binômios: História ↔ Caso, Supervisão ↔ Construção e Conceitos ↔ Distinções. O caminho introduzido pela autora inicia com a passagem da história ao caso, em que o caso é o que decanta do relato do analista sobre suas intervenções, na condução do tratamento do sujeito. O relato que precede o processo de decantação é a história. Sendo assim, não há como existir um caso clínico, ou um plano de atendimento, sem que antes haja lugar para história, a qual é do sujeito, mas também é de quem o escutou. É, só a partir do momento em que a história tem lugar na narrativa compartilhada de quem escuta, que se terá a direção para construção de um caso.

A aposta de que pela intervenção é que se constitui o processo coletivo de trabalho também é afirmada por Aline Mendes (2015). A partir das reflexões acerca da construção de um caso clínico, Mendes discute o fato de que muitas vezes as discussões sobre os pacientes em serviços de atendimento à saúde mental permanecem no âmbito do diagnóstico protocolar. Para a autora, há uma aposta de trabalho na construção do diagnóstico do sujeito frente ao discurso da instituição sobre ele, pois a construção do caso dentro de um grupo de trabalho é uma forma de escutar a relação do sujeito frente ao Outro que se atualiza frente aos diferentes profissionais da equipe. A partilha dos atendimentos serve para a construção do caso clínico e possibilita a direção do tratamento no deslocamento do sujeito frente ao discurso presente. Assim, Mendes trabalha com a proposição de que a equipe não existe previamente ao caso. A possibilidade de construir um caso coletivamente é o que leva ao que a autora denomina como *efeito-equipe*. Sendo assim, a autora conclui:

[...] em vez de situar a equipe como um agrupamento de diferentes profissionais designados para operarem em um mesmo lugar e com os mesmos casos, introduzimos uma prática cernida por uma opacidade do caso. Decantada como restos que cortam a suposta sequência linear na compreensão do caso, torna-se passível de polimerização, por concernir os praticantes, assim também comprometidos no que faz caso. Apenas nesse instante, pode-se localizar o que nomeamos como **efeito-equipe**. A incidência

desses restos sobre os profissionais pode ter a consequência de recrutá-los à urgência de inventar modos de intervenção. (Mendes, 2015, p. 39)

Luciano Elia (2011) constrói a ideia de trabalho em equipe a partir do conceito de coletivo, o qual seria como uma coleção de traços, de cadeia de significantes que se distribuem em vozes de muitos. Segundo o autor, quando a equipe de trabalho se responsabiliza coletivamente, responsabiliza-se pelo que não se fez e pelo que não se sabe, em nome do coletivo. Elia apresenta essa noção do não saber aproximando-a com a noção de inconsciente para Lacan, onde o sujeito é efeito do laço social, sendo o inconsciente efeito do Outro. Assim, o coletivo se estrutura a partir de diferentes sujeitos, que produzem um saber compreendido no *só depois* do ato. Elia aposta nesse enlace do inconsciente e coletividade para enfatizar a importante posição do não saber como potência para o trabalho entre vários. Figueiredo (2004) também aponta essa dimensão do saber-não-saber como fundamental. Pois é, a partir desse ponto vazio no saber, que se possibilita à equipe poder assumir uma posição de “aprendiz da clínica” no cotidiano.

O psicanalista Virgínio Baio (1999), ao narrar a experiência de trabalho na instituição criada por Di Ciaccia, a Antenne 110, afirma a função estratégica da posição do saber-não-saber dos educadores frente às crianças atendidas na instituição. Os educadores se tornam testemunhas de que novas posições subjetivas nasçam; sujeitos se produzem quando tal saber não é dado imediatamente. A possibilidade de sustentar uma não antecipação de um saber sobre um sujeito é consequência, para o autor, do tempo dedicado semanalmente à reunião geral no contexto da prática entre vários. Baio apresenta a reunião como um momento no qual o educador possa narrar o trabalho com as crianças. Esse momento coletivo possibilita a criação de estratégias de intervenção numa direção que permita, às crianças, produzirem-se enquanto sujeitos e, aos trabalhadores, manterem uma mesma orientação estratégica, respeitando a liberdade e o estilo de cada um.

Mendes (2015) reflete como desafiador à equipe suportar um vazio de saber que se antecipa ao sujeito, no entanto o considera essencial para o trabalho de escuta. Além disso, a autora pontua que esse movimento não significa um vazio de assistência ao caso, mas sim um vazio de saber que possibilita acolher a palavra do sujeito, para só então orientar a uma condução do caso. Mendes coloca a equipe em uma relação de suposto saber com o sujeito atendido, em que se faz necessário que a equipe

compreenda o trabalho que o paciente faz com seu sintoma. Assim, supondo que o sujeito mais sabe sobre seu sintoma, do que o grupo de trabalhadores, é possível a construção de uma intervenção em um tempo *só depois*.

O trabalho em equipe pode se apresentar muitas vezes como um desafio e é sobre essa possibilidade que Rosana Onocko (2014) reflete ao analisar os contextos de intervenção de instituições. A autora discorre sobre os efeitos nas equipes quando elas se propõem a escutar situações sociais críticas, sendo comum elas serem tomadas por um sentimento de impotência, o que pode suceder em diferentes estratégias de defesas na equipe, as quais produzem ainda mais sofrimento.

René Kaës (2005) propõe a criação de diferentes dispositivos de trabalho que possibilitem à equipe reestabelecer um espaço operatório de cuidado subjetivo conjunto. O autor caracteriza esses dispositivos como capazes de criarem uma área transacional comum, buscando o conceito de intermediário em Donald Winnicott (1971/1972).

Winnicott (1971/1972) elabora sua teoria acerca dos processos transicionais a partir da descrição inicial sobre os objetos transicionais nas crianças, em que objetos reais acompanham os pequenos como um dentro/fora. Assim, os processos transicionais estariam vinculados a essa experiência de dentro/fora, em que não há uma objetividade possível.

Onocko (2014), retomando Winnicott e Kaës, aposta que esses processos intermediários podem ser introduzidos nas rotinas de trabalho em equipe para dar conta da intervenção frente a contextos de vulnerabilidades. Julga necessário que inicialmente esse suporte seja desempenhado por alguém externo, mas próximo a equipe, para depois desencadear o processo como constituição do próprio coletivo de trabalho. Para a autora, quem será essa pessoa não importa tanto quanto a função que ela desempenhará, sendo importante essa oferta de reflexão prática acerca do cotidiano do trabalho.

Também refletindo sobre estratégias para dar conta do trabalho coletivo, Figueiredo (2005) reconhece a necessidade de encontros semanais entre a equipe e adiciona a presença de um supervisor. A autora considera o processo de supervisão como a personificação de relação externa e interna para a equipe. Desse lugar, o supervisor opera na garantia do trabalho, sustentando uma produção permanente *em* equipe.

2.2 O dispositivo da supervisão

Emília Broide (2017), ao relatar sua experiência com a prática de supervisão clínica e institucional, coloca-a na via da transmissão. A transmissão articula a complexa relação entre saber e verdade, não totalizante, mas como um saber insabido, colocando em ato a falha.

Broide define esse lugar do saber insabido como a posição na qual o supervisor se referencia, proporcionando que advenham efeitos de verdade na fala do supervisionando. Uma posição de abstinência, que se diferencia da neutralidade, pois indica uma direção que é guiada pela transferência, a qual “fisga o enigma do supervisionando” (Broide, 2017, p. 58).

Logo, Broide afirma que, por esse processo, o supervisionando que fala sobre um caso se apropria e se torna responsável – autor e autoridade – diante da escuta que realiza. Essa apropriação se apresenta em lampejos no que é possível apreender frente ao não saber. Broide encontra ressonâncias em Didi-Huberman quando afirma que qualquer experiência mesmo que íntima e/ou ficcional pode ofertar a função de lampejo, desde que encontre uma forma de narrar a experiência do vivido. Assim, Broide (2017) assemelha o processo de transmissão em psicanálise aos lampejos que se constituem em efeitos de aprendizagem para o dispositivo de supervisão.

Acerca da supervisão clínico-institucional, Jorge Broide e Emília Broide (2015a) a definem como um movimento: sua direção não está definida a priori, depende do que ainda irá se operar. Movimento que busca a reinvenção de um saber, o qual enlaça sujeito, clínica e instituição. Afirmam que nessa modalidade os espaços de compartilhamento de interrogações ofertam, além da discussão coletiva de casos, a revisão dos processos de trabalho institucionais. A transmissão na supervisão clínico-institucional opera por um efeito na escuta da equipe, abrindo possibilidades de deslizamentos significantes.

Inaugura-se, então, uma estratégia potente para criar espaços de cuidado, em uma área transicional, na qual seja possível à equipe suportar uma posição de saber-não-saber, norteadora da construção coletiva do trabalho. Broide e Broide (2015a) refletem que, pela supervisão clínico-institucional, há uma importância no compartilhamento da experiência e ao trabalho grupal, já que possibilita a construção

de uma tessitura de confiança e liberdade. O que estaria posto nessa experiência é um levantamento de questões pelas quais alguém quer falar de sua prática e, ao falar desta, se escuta. A transmissão se dá pela partilha daquilo que mobiliza singularmente frente à prática e se constrói como rede, implicando cada um na escuta que se faz.

2.3 Escutadores de histórias

Ao pensar sobre as formas de escutar as pessoas atendidas pela política de Assistência Social, Luciane Susin e Maria Cristina Poli (2012) refletem acerca da função de utilizar dispositivos clínicos para articular a dimensão subjetiva dos sujeitos atendidos com a dimensão política dos direitos sociais. As autoras afirmam que a dimensão clínica se dá pela escuta enquanto compromisso ético de dar lugar à palavra.

Esse compromisso frente a situações sociais críticas, muitas vezes é atravessado pela lógica da urgência social, pelo desamparo e pela violência. Susin e Poli (2012) sustentam que essa escuta convoca os trabalhadores a assumirem uma posição de testemunhar os horrores provocados pela exclusão social, rompendo com o pacto de silêncio em torno dessas situações.

As autoras apostam que uma forma de dar conta desse tempo de urgência que atropela quem se põe a escutar é a intervenção pela via da construção de narrativas. Ao se ofertar que o sujeito possa narrar suas histórias de vida a alguém, constrói-se o processo transferencial no trabalho. A dimensão clínica se dá ao proporcionar um espaço que o sujeito possa se tornar autor de sua narrativa: revisitando e transformando a sua história, podendo romper com um engessamento em um dado lugar social. A passagem do vivido ao narrado abre possibilidades discursivas para que as lembranças dolorosas encontrem significações; assim, ao se narrar, é possível elaborar o que ficou para trás.

Na mesma direção, Maria de Lourdes Scarparo (2008) coloca em questão o quanto o “indivíduo” reconhecido pela política de Assistência Social pode ser considerado como “sujeito”, tal como a Psicanálise propõe. Reflete que esse duplo reconhecimento é possível pela postura de quem se põe a escutar as pessoas atendidas pela política. Postura na qual se lança mão da escuta enquanto proposta ética em “dar lugar a uma via singular àquele que, *assujeitado* à sua história e contexto

social, busca encontrar uma via de reconhecimento e expressão de uma palavra própria” (Scarparo, 2008, p. 49).

Jorge Broide (2015) afirma que a Psicanálise muito tem a contribuir na escuta de sujeitos em situações sociais críticas e sustenta a possibilidade de construção de diferentes dispositivos clínicos que abram espaço para a escuta do sujeito de desejo, engendrado pela cultura. A escuta do inconsciente se dá na transferência com quem ali dá lugar à palavra, seja aonde for. O que Broide afirma como essencial é a sustentação de um espaço vazio, o qual para a Psicanálise é o espaço que se abre ao sujeito do inconsciente, para que através deste se permita a escuta da transferência e a emersão do sujeito do desejo.

Miriam Debieux Rosa (2002), a respeito da transferência nos contextos sociais críticos, destaca a posição do suposto-saber como estratégica. Essa posição se refere à condição que o analista é colocado pelo sujeito no momento da escuta. O sujeito fala supondo que o analista, a quem ele endereça sua fala, sabe sobre ele. Fato importante, pois, ao falar para esse outro, o sujeito se escuta e pode se apropriar de seu discurso. Cabe ao analista renunciar ao domínio da situação, possibilitando que o sujeito produza um saber sobre si mesmo.

Rosa adverte, no entanto, sobre uma das facetas da relação transferencial: a resistência do analista ao escutar quem vive sob o desamparo cultural e discursivo. Na cena da escuta, o analista e o analisando se encontram em lugares opostos na estrutura social, um incluso e o outro, excluído. A resistência à escuta do discurso de tais pessoas pode se manifestar ao ficar exclusivamente sob o peso da situação social, com intervenções a partir da verdade, de orientação e/ou sugestivas. Pautando a escuta no tempo na urgência, sem permitir que o sujeito possa construir suas próprias respostas, em seu próprio tempo.

Outra faceta da resistência do analista frente a situações sociais críticas é a de tomar o sujeito em uma posição de vítima, o que dificulta o seu reconhecimento como desejante. Aqui também se produz uma relação de apagamento do sujeito, o qual não pode ser nada mais do que uma vítima frente ao discurso social, não ofertando espaço para que sua posição subjetiva deslize para novas construções sobre si.

Broide e Broide (2015b) apresentam uma metodologia de trabalho para atuar em situações sociais críticas baseada nas ancoragens do sujeito, a qual é guiada pela escuta e pela relação transferencial estabelecida entre o profissional e o sujeito

atendido. A metodologia de trabalho apresentada pelos autores se dá na busca dos fios que amarram o sujeito à vida, por meio da escuta clínica. Esses fios de desejo de vida devem ser articulados para a construção de um plano de intervenção entre equipe de trabalho e o sujeito.

Para os autores, há de se dar espaço, nos atendimentos, para que o sujeito possa contar sua história e que, a partir dessa narrativa, consiga enlaçar suas demandas em um plano de acompanhamento. Sendo assim, não há como se antecipar uma direção comum de atendimento a determinado público sem antes se pôr a escutar o sujeito em sua narrativa singular. Um dos exemplos que Broide e Broide (2015b) refletem é o imperativo que muitas vezes aparece nos atendimentos na área da Assistencial Social, em que se considera previamente a necessidade de uma retomada dos vínculos familiares. O que os autores discutem é que em alguns casos a família não é um fator central na narrativa de um sujeito e nem de desejo de retomada de convivência. Assim, as ancoragens de um sujeito não estarão dadas a priori à sua escuta.

Escutar histórias é o que de mais potente o trabalhador da Abordagem Social pode intervir junto a pessoas em situação de rua. Lançar mão da escuta como um dispositivo clínico para o trabalho com situações de desamparo social se ratifica como uma importante intervenção a partir das elaborações acima.

Ao ofertar na transferência, no cenário da rua, a possibilidade de encontro com uma superfície em que os sujeitos possam se narrar, oferta-se a possibilidade de que eles possam desejar inscrever seus traços. Sustentam-nos, aqui, na proposta de Ricardo Rodolfo (2004) – quem apresenta o conceito de superfícies de inscrição –, como lugares ofertados pelo Outro em que o sujeito possa se alojar, encontrar-se e inscrever algo de si.

Inscriver-se narrativamente nessa superfície, possibilita ao trabalhador escutar o sujeito para além das demandas de direitos sociais, pois diz respeito ao que enlaça o sujeito no seu desejo. Essa inscrição acontece quando o sujeito consegue se narrar diante de sua história de vida, destinando sua fala a quem o escuta.

Sobre a escuta, Diana Corso e Mario Corso (2006) destacam a função de garimpar no trabalho com a infância: as crianças são garimpeiras, ou seja, estão sempre na busca por pepitas preciosas frente aos cascalhos que a vida lhes impõe. A essa formulação, Maria Rita Kehl (2006) acrescenta a função das narrativas nos

contos de fadas: com um papel ativo, as crianças buscam nas narrativas da fantasia algo que lhes faça sentido para acomodar suas angústias.

Assim como as crianças frente aos contos de fadas, o trabalhador da Abordagem Social em uma posição ativa frente à sua escuta, garimpa as pepitas preciosas frente às histórias que as pessoas em situação de rua conseguem narrar. Através dessas narrativas é que um plano de atendimento pode ser construído, como superfície de inscrição, junto ao sujeito, escutando tanto suas demandas pela garantia de direitos, quanto ao que lhe enlaça ao desejo.

2.4 Contadores de histórias

Ao nos afastarmos da cena do encontro de escuta na rua, carregamos as pepitas em bolsos cheios. Elas se encontram assim: recém- descobertas. É uma visão embaraçosa. Há terra, brilho, poeira. Há pedaços de lá e de cá, de quem contou, de quem escutou.

Na rotina de trabalho da equipe de abordagem social na qual trabalho, realizamos encontros semanais, que se intitulam “estudo de casos”. Momentos em que despejamos as preciosas pepitas/histórias, e uma a uma, contamos de onde vieram para os colegas de equipe.

Os espaços de encontros coletivos dos trabalhadores em dispositivos, como as reuniões de estudo de caso, mostram-se um terreno fértil para a elaboração das experiências vividas junto à escuta das pessoas atendidas. Novamente se observa que é, pelo encontro – agora entre trabalhadores –, que as histórias escutadas podem ser transformadas em processo de elaboração na construção do caso. Neste momento, as histórias escutadas não são somente das pessoas que atendemos, passam a compor também o nosso fazer enquanto trabalhadores/escutadores da rua. Contamos, agora, a partir das narrativas, histórias que são de muitos, de vários e também nossas. Rosana Onocko e Juarez Furtado (2008) refletem que um narrador só tem de fato competência como tal, por antes ter sido ouvinte; e o destinatário atual, escutando o narrador, também se eleva a mesma autoridade.

Nesse momento, passamos de escutadores de histórias, a posição de contadores. Narramos histórias carregadas de cenas de violência – condição que convoca o trabalhador a também lançar mão da sua escuta no caráter de testemunho.

Jeanne Marie Gagnebin (2006) nos convida a refletir sobre essas narrativas na condição de serem simultaneamente impossíveis e necessárias. A autora coloca que, apesar de serem memórias traumáticas, o sujeito tenta narrar, e essa tentativa se sustenta no olhar de quem permanece para escutar. A permanência de suportar o inenarrável traz a condição de terceiro a quem testemunha. Terceiro na cena do traumático no qual não há identificação nem com o algoz, nem com a vítima. Terceiro que permanece na cena da narrativa insuportável e que sua função não finda ali, lança mão do exercício da palavra, que se encontra fora do circuito da violência e a leva adiante.

No trabalho de ir e vir da equipe de abordagem social, o processo de testemunho descrito por Gagnebin se constitui, também, no retorno às reuniões de equipe para compartilhar as histórias escutadas. As reuniões se transformam em espaços de elaboração coletiva da escuta, nas quais os trabalhadores lançam mão da sua função de terceiro: aquele que, além de permanecer e escutar, permite que a história seja transmitida, passa a palavra adiante.

Walter Benjamin (1936/1987) apresenta a figura do narrador trapeiro, a qual nos auxilia a sustentar a função da permanência na escuta do traumático. Narrador trapeiro movido pelo desejo de não deixar nada se perder. Ao produzir espaços nos quais possa ser narrado o traumático, difícil de lembrar, há a validação da palavra e da memória.

Tendo em vista que a principal ocupação da população em situação de rua é a de coleta de materiais recicláveis, ou melhor, a “catação”, lembramos Estamira, personagem de um documentário sobre a vida nos lixões da cidade do Rio de Janeiro, que fala sobre os cacos encontrados no lixo: “às vezes é só resto, às vezes é descuido” (Prado, 2004). Como trabalhadores, também catamos e garimpamos as histórias de vida ao nos encontrarmos com um sujeito na posição de *caco* frente ao laço social.

As reuniões de equipe são os espaços operatórios de cuidado (Kaës, 2005) para a construção da função de terceiro, na escuta do traumático da rua, a partir do compartilhamento de histórias escutadas com a rua. Ao nos colocarmos na condição de narradores de *cacos*, inauguramos um processo de elaboração da experiência de escuta do sujeito, no qual poderão se decantar os significantes singulares na construção dos casos. Assim, em uma dimensão clínico-política, legitimamos a

posição de sujeito das pessoas em situação de rua, resistindo à demanda por processos de higienização da cidade e pela intervenção pautada em um tempo de urgência na política de Assistência Social.

2.5 O tempo

Ao se pautar o escutar e o contar histórias enquanto dispositivo clínico para escutar o sujeito para além dos direitos sociais, coloca-se em questão o tempo. A sociedade atual se encontra em um momento de antecipação de saberes sobre o outro, principalmente sobre a população de rua, com propostas de intervenções ágeis e com alternativas elaboradas previamente à escuta do sujeito singular, como um “cardápio” padronizado de opções a serem seguidas pela pessoa em situação de rua. Diante desse cenário, observa-se que a prática nas políticas públicas é guiada pelo tempo da urgência. No entanto, sustenta-se a necessidade de poder intervir em um outro tempo, para que haja a possibilidade de escuta do sujeito. Tempo singular, que necessita um distanciamento de práticas prescritivas e ágeis, colocando em questão a necessidade de “perder tempo” como uma prática essencial às políticas públicas.

Sigmund Freud (1914/1996c) em seu texto “Recordar, repetir, elaborar” reflete que, no processo de análise, o sujeito precisa se haver com o retorno a memórias de vida, por uma necessidade de reinventar um novo futuro. Freud sustenta que, se o sujeito não recorda sua história, segue repetindo ações que condizem com seu sintoma. No entanto, é preciso além de recordar, elaborar essa memória que se faz presente, por exemplo, como o sentimento de angústia. O autor ressalta que a elaboração se dá a partir das diversas repetições do sujeito, as quais se atualizam principalmente na relação transferencial com quem o escuta. Freud caracteriza o movimento da repetição como expressão da resistência do analisando. Além disso, adverte que, no momento em que se percebe a repetição, há um tempo, sem previsão de durabilidade, para que o sujeito a atravesse e reconheça como sua própria resistência a elaboração de sua história. Salienta que cabe a quem escuta o exercício da paciência para suportar o tempo que é próprio do sujeito, questão que Freud julga ser a radical diferença da escuta analítica em relação a qualquer tipo de tratamento por sugestão.

Nesse texto, Freud afirma a importância de quem escuta o sujeito não evitar o processo de repetição, nem o apressar. O autor coloca um tempo em suspenso para quem escuta: “O médico nada mais tem a fazer senão esperar e deixar as coisas seguirem seu curso.” (Freud, 1914/1996c, p. 169).

O processo temporal do sujeito também foi trabalhado por Jacques Lacan em seu escrito sobre os tempos lógicos do inconsciente. Lacan (1945/1998) apresenta, com base em um problema de lógica, uma reflexão sobre o tempo, em que estes apresentam três instâncias constitutivas em um processo de sofisma. Nesse sofisma, o diretor de um presídio convoca três prisioneiros, avisando que libertaria aquele que solucionasse primeiro um desafio. De cinco discos (dois pretos e três brancos), seria afixado um nas costas de cada um dos prisioneiros. Sem poder ter a visão de suas costas, o prisioneiro a ser libertado seria aquele que primeiro conseguisse descobrir qual a cor do seu disco. Para concluir a tarefa, o prisioneiro precisaria deduzir sua cor. Esta dedução surge como possibilidade somente a partir da observação dos outros prisioneiros. Lacan, então, apresenta a seguinte solução:

Sou um branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, pensei que, se eu fosse negro, cada um deles teria podido inferir o seguinte: ‘Se eu também fosse negro, o outro, posto que deveria reconhecer nisto imediatamente que é branco, teria saído em seguida; portanto, não sou um negro’. E os dois teriam saído juntos, convencidos de serem brancos. Se não fizeram assim, é porque eu era um branco como eles. Assim, corri à porta para dar a conhecer a minha conclusão. (Lacan, 1945/1998, p. 198)

Com essa reflexão, Lacan apresenta três momentos em que a instância do tempo se configura de um modo diferente: o instante de olhar, tempo para compreender e momento para concluir. O primeiro, como sendo o momento de constatação do que se vê; no segundo, o sujeito busca algo para além do que se apresenta para ele, ao mesmo tempo em que também se observa na reação do outro; e o terceiro, na urgência do movimento lógico, o sujeito se antecipa à sua certeza, chegando a uma verdade que será colocada à prova pela dúvida.

Essa dedução só é possível apoiada na observação da reação de cada um dos prisioneiros no momento em que viu a cor dos demais. A solução está para além do processo lógico em si. Lacan (1945/1998) aponta, com isso, uma estrutura temporal do processo lógico: ao não ver algo, os três sujeitos estabelecem um tempo de parada, os quais constituem então tempos de dúvida do sujeito, apresentando-se como o

desenrolar subjetivo de uma instância do tempo. É importante ressaltar que só pode resolver o sofisma o sujeito que formulou a asserção sobre si, não podendo ser-lhe atribuído por nenhum outro. Neste aspecto, Lacan coloca a dimensão da alteridade: cada um dos sujeitos é outro para os demais, de modo que um só se reconhece no outro e só consegue descobrir algo de si a partir do tempo do outro. Ou seja, o tempo do outro é o que permite que o sujeito chegue à conclusão sobre si.

Assim, evidenciamos uma pressa no advento de uma verdade, que deve ser diferenciada da pressa contida na aceleração no movimento da cultura. Maria Rita Kehl (2009) afirma que o tempo da certeza antecipada não é igual ao tempo da pura pressa, pois foi construído, necessariamente, em três tempos, sendo o tempo de compreender o intermediário. Ressalta que:

O valor da verdade revelado na pressa do prisioneiro que se precipita para afirmar quem ele é depende dessa duração, assim como das relações de reciprocidade necessárias para que o sujeito se identifique com o outro – ainda que seja para, a seguir, desprender-se delas. (Kehl, 2009, p. 116)

Encontramos aproximações dessa elaboração nas reflexões de Ítalo Calvino (1988/1990) sobre a problematização do tempo necessário à criação literária, descritas no livro “Seis propostas para o próximo milênio”. O autor resgata a máxima latina *festina lente* (“apressa-te lentamente”), exemplificando com uma história chinesa:

Entre as múltiplas virtudes de Chuang-Tsê estava a habilidade para desenhar. O rei pediu-lhe que desenhasse um caranguejo. Chuang-Tsê disse que para fazê-lo precisaria de cinco anos e uma casa com doze empregados. Passados cinco anos, não havia sequer começado o desenho. “Preciso de outros cinco anos”, disse Chuang-Tsê. O rei concordou. Ao completar-se o décimo ano, Chuang-Tsê pegou o pincel e num instante, com um único gesto, desenhou um caranguejo, o mais perfeito caranguejo que jamais se viu. (Calvino, 1988/1990, p.67)

Kehl (2009) retoma essa passagem para ilustrar a tensa relação entre lentidão e velocidade, ambas igualmente necessárias à afirmação (criativa) do sujeito. A pressa só interessaria à vida na medida em que possa ser alternada com as diversas maneiras de se retardar a passagem do tempo. A história chinesa indica que não existe medida para a duração intermediária do tempo de compreender. É, nesse período, pois, que o sujeito se desprende das identificações e se apropria por sua conta e risco do saber inconsciente, não podendo ser apressado na demanda do

Outro. A autora complementa que os artifícios para “perder tempo” são a chave da fruição prazerosa e/ou criativa. Argumento do qual Calvino (1998/1990) também lança mão ao trazer que a narrativa literária opera sobre o passar do tempo, contraindo-o ou dilatando-o. O autor afirma que na literatura a economia de tempo é válida, pois quanto mais tempo se economiza, mais tempo pode-se perder; podendo perder o fio condutor e (re)encontrá-lo quantas vezes for preciso.

3. A ficção e o pesquisar

O meu ingresso no mestrado se deu pelo desejo em pensar sobre a experiência de intervenção em equipe no Serviço de Abordagem Social. Escrevi o anteprojeto desejando olhar mais atentamente para as muitas histórias que escutei pelas ruas de Porto Alegre. As histórias que compõem a minha trajetória não foram escutadas apenas por mim, foram escutadas atentamente por uma equipe de trabalhadores. Elas também foram cuidadosamente compartilhadas entre essa equipe semanalmente; assim, contamos aquilo que escutamos: escutamos com os ouvidos, com o corpo, com o nariz e com os olhos. Escutamos entre *vários*.

Os primeiros passos da pesquisa buscaram refletir sobre o movimento do grupo de trabalhadores: ir para rua, escutar as pessoas em situação de rua e retornar para compartilhar, em equipe, a experiência do encontro com a rua. Como inscrever esse movimento para compor a dissertação? Tentei escrever alguma cena, ou alguma memória. Mas não foi possível, a folha continuava em branco. Como tornar a dissertação de mestrado uma superfície em que algo da experiência possa ser inscrito? Como tornar a experiência cotidiana de trabalho em uma questão para o pesquisar? Essa passagem do olhar de trabalhadora para o olhar de pesquisadora não foi tarefa fácil.

Nesse momento de hesitação uma história me habitou: Alice no País das Maravilhas (Carroll, 1865/2009). A caminhada de Alice no mundo das maravilhas em busca do coelho branco me pareceu familiar. Alice só tem uma história, porque se deixou parar ao longo do caminho e escutar quem ali ela encontrava: o chapeleiro maluco, o gato, entre outros e outras. Até no pitoresco encontro com a Rainha de Copas, havia algo familiar, onde Alice tenta escutar a história de mais alguns personagens e quase tem sua cabeça cortada. Assim, me deixei levar pela fantasia e foi o que me pôs a escrever dois contos acerca de uma personagem denominada *Alice* – os quais se encontram ao fim deste capítulo. Foi, pelo encontro com a fantasia, que me foi possível narrar algo da experiência do trabalho em equipe com a rua, e que me inscreveu no lugar de pesquisadora.

Sandra Torossian (2019) disserta sobre a experiência do escrever acerca da escuta na pesquisa psicanalítica e as dificuldades encontradas nesse processo. A autora reflete sobre a inibição que muitos pesquisadores encontram ao iniciar a

escrita; no entanto, aponta que esse processo não seria apenas uma dificuldade, mas sim um reflexo do ato de pesquisar em psicanálise. É destacado o processo de escrita da pesquisa por trabalhadores das políticas públicas que buscam pensar sobre o encontro da escuta psicanalítica com as vulnerabilidades sociais. A inibição da escrita é reflexo da necessidade da construção do olhar de pesquisador, o qual transita pela passagem do lugar de trabalhador ao lugar de pesquisador. Uma das estratégias para dar conta desta transição é produzir um distanciamento do cotidiano da atuação profissional.

Assim, Torossian (2019) relata diferentes métodos criados pelo seu grupo de pesquisa na busca desse distanciamento que possa transformar a vivência da escuta, em experiência. Apostando no ato de pesquisar pela escrita em psicanálise, o grupo encontrou uma modalidade para a superação da inibição inicial da escrita: a narrativa literária.

A dissertação de Maria Ribeiro (2017), intitulada “‘Anões crescidos’ e seus ‘corações de papel reciclável’: tecendo a socioeducação com as linhas da psicanálise”, tem como tema a escuta no campo da socioeducação e como método a análise dos diários escritos em *blog* de um de um jovem em atendimento. A leitura e análise dos diários, em um tempo posterior às suas produções, proporcionou movimentos dos quais foi possível à autora refletir sobre os modos de escutar na interface da Psicanálise e das políticas de socioeducação.

Yanisa Yusuf (2018), em seu trabalho “20+1 cartas: travessias em direção a uma Psicanálise em Moçambique”, utilizou como método a escrita de cartas. O gênero literário da correspondência, surge como possibilidade de transitar entre culturas, e principalmente entre diferentes modos de significar e intervir frente ao sofrimento.

Carolina Lague (2018), na dissertação “Crônicas do sinal fechado: mergulhos na dor e no amor”, ao construir sua metodologia, parte da escrita de três crônicas acerca da sua experiência enquanto psicóloga na Política Pública de Assistência Social no município de Porto Alegre. A autora se inscreve no lugar de pesquisadora pelo encontro com um gênero literário e aposta que pelo compartilhamento de suas crônicas com grupos de leitores, possam surgir aberturas para indicar os caminhos a seguir pela pesquisa. A escolha das crônicas também emergiu da necessidade de encontrar um gênero de escrita que considerasse o relato do cotidiano.

Mateus Baldissera (2019) compôs sua dissertação “Entre restos, há quem sonhe: sobre a escuta psicanalítica com pessoas em situação de rua” acerca do trabalho realizado em uma equipe de Abordagem Social. Por ser uma experiência singular, sua metodologia de escrita aconteceu a partir dos efeitos que essa escuta produziu no próprio trabalhador: sonhar. É, com os sonhos, que aponta formas de fazer furos aos discursos totalitários e políticas da indiferença.

A pesquisa que desenvolvi se inclui nesse grupo de pesquisa, ancorada na possibilidade do diálogo acadêmico para além das referências técnicas e teóricas. A possibilidade de se utilizar das mais diversas expressões da arte, como a literatura, para compor um processo de pesquisa junto aos contextos de vulnerabilidades, oferta um espaço intervalar. A literatura como produtora do distanciamento necessário entre a vivência da escuta no campo das políticas públicas e a escrita da experiência, oferta essa posição ética frente ao pesquisar como oscilação entre o saber e o não-saber, entre a busca de sentido, a mediação e a falta (Torossian, 2019).

Márcio Seligmann-Silva (2003) discorre sobre a literatura e a ficção como uma possibilidade para a transmissão. A partir de seus estudos acerca dos diferentes modos de testemunhar os horrores durante o Holocausto, o autor reflete sobre a necessidade do registro ficcional para a construção de narrativas sobre cenas vividas nos campos de concentração. Assim, a partir da história do trauma, afirma que a possibilidade de narrar não está em relação com a descrição da realidade, mas sim sobre a capacidade de poder simbolizar o real. Seligmann-Silva destaca a passagem pela imaginação para dar conta daquilo que escapa ao conceito. No entanto, a imaginação não deve ser confundida com a imagem, adverte o autor. O que está em questão é a capacidade de criar imagens, de evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado. Assim, aquilo que transcende a verossimilhança exige uma reformulação artística para a sua transmissão.

Seligmann-Silva recorda que o real no trauma se manifesta pela negação, pela resistência à simbolização do inimaginável ao registro das palavras. Assim, o simbólico se apresenta com uma reescrita dolorosa do real. O encontro com os contextos de vulnerabilidades por trabalhadores das políticas públicas muitas vezes oferta essa posição de testemunhar os horrores que as desigualdades sociais produzem. Sendo assim, os momentos de hesitação na escrita podem ser lidos como resistência frente à história do trauma e a necessidade de se ficcionalizar se apresenta

como uma pista para conseguir narrar os contextos de horror.

Onocko (2014) resgata o caráter político que há na produção de narrativas frente a contextos de vulnerabilidades. A partir de Paul Ricoeur, reflete que as narrativas seriam agenciamentos de fatos, como histórias que ainda não foram narradas. Assim, Onocko destaca que, se algo pode ser contado sobre uma história, há a evidência de que essas histórias se encontram como práxis no cotidiano e, a partir da narrativa construída, podem ser enlaçadas pelo discurso social. A autora retoma em Freud (1937/1996d) o conceito de construções como uma aposta na produção de sentidos, como possibilidade em advir uma nova história. Assim, Onocko relaciona as narrativas, como possibilidades de simbolização, pelo mundo da linguagem, das experiências produzidas pela vida concreta.

Rosana Onocko e Juarez Furtado (2008) refletem sobre as experiências cotidianas e como elas ganham circulação. Para tal, os autores defendem que elas precisam da elaboração de um olhar narrativizante, o qual estabelece articulações entre diversos fragmentos no discurso social. Assim, as narrativas seriam mediações entre a ação e a linguagem, em que só ganham este caráter através da transmissão, em que o narrador só tem esta competência por se encontrar à frente de um ouvinte, ou leitor. Logo, as narrativas ofertam aberturas a uma cadeia de ressignificações, onde a cada compartilhamento emerge uma polifonia de sentidos no encontro singular a cada ouvinte/leitor.

Marta Orofino (2017) em sua tese de doutorado constrói uma metodologia de pesquisa buscando refletir sobre o cuidado em saúde realizado por trabalhadores e a literatura. A autora propõe pensar tanto sobre a leitura compartilhada de textos literários, quanto sobre a produção de escritos e compartilhamento coletivo dos mesmos. Orofino demonstra que há uma potente intervenção que pode ser constituída no trabalho vivo, no mesmo ambiente em que o cuidado em saúde ao usuário é exercido. Essa intervenção se ancora na aposta de que, através da escrita e da leitura compartilhada, há a oferta de um espaço/tempo no ambiente de trabalho para que haja a circulação da palavra e para o encontro entre sujeitos que compõem as equipes de saúde. Assim, busca a construção de uma metodologia de intervenção a partir do campo da literatura, a qual incida na elaboração dos processos de construção do cuidado em saúde na área da política pública.

No tocante à literatura, Orofino resgata em Freud a aposta do enlaçamento da

clínica psicanalítica com o campo das criações literárias. A respeito da ficção e literatura, no ensaio “Escritores criativos e devaneios”, Freud (1908/1996b) se questiona sobre os aspectos da criação artística, especificamente acerca da literatura. O autor relaciona a posição do escritor criativo como a posição que ocupa a criança quando brinca. Freud reflete que a criança na atividade lúdica reajusta os elementos de seu mundo na forma que mais lhe conforta, sendo esse processo tido como seriamente importante. O autor destaca que o único fato que diferencia o brincar infantil do fantasiar adulto, é o prazer que as crianças têm em conectar seus objetos e situações imaginadas às coisas visíveis e palpáveis do mundo real. Freud assinala que a permanência da irrealidade do mundo imaginativo do escritor tem grande importância para a técnica de sua arte. Pondera que, se muita coisa fosse real, não causaria tanto prazer aos leitores, diferente do que o jogo de fantasia pode proporcionar às crianças. Além disso, muitas situações penosas podem se tornar excitantes para os ouvintes e espectadores na representação da obra criativa de um escritor. Sendo assim, podemos ler a fantasia como um importante elemento na estratégia de distanciamento e de elaboração da experiência do vivido, ao lançar mão da mesma no processo metodológico para a escrita no pesquisar.

Ainda sobre as tessituras da ficção, Orofino (2017) resgata outro artigo de Freud, “Lembranças Encobridoras” (1899/1996a), no qual o autor disserta sobre a distância que há entre os fatos vividos na infância e as lembranças que temos atualmente como adultos. O psicanalista denomina “lembranças encobridoras” as memórias que temos das vivências pueris, sendo elas muitas vezes fabricadas por nós na vida adulta. Em uma narrativa própria, o adulto deforma ou transforma a lembrança infantil, enlaçando-a simbolicamente. Esse movimento que contém elementos de ficção é o que nos proporciona o processo de elaboração de nossa história, acomodando-a como possível em uma narrativa própria. Assim, mais uma vez, destacam-se os processos narrativos e a ficção como importantes no processo de elaboração do vivido, não sendo de suma importância a veracidade dos fatos, mas sim a construção da história.

A escuta das pedrinhas em meio ao caminho.

Alice seguia a estrada de tijolos amarelos, estrada que se repetia quase todos os dias no caminhar e procurar pelo coelho branco. Alice olhava o céu, um azul do mar, povoado por estranhos bichos feitos do branco do algodão.

Mesmo estando em silêncio, escutava um sacudir. Deixou de olhar para o céu e olhou para esse curioso barulho. O barulho vinha de seus bolsos. “Quantas pedrinhas!” pensou ao olhar atentamente, “De onde vieram tantas?”. Reconheceu algumas, que eram suas. Mas percebeu outra que era sua e de outra pessoa. Aquela outra pedrinha logo mais, era sua, de outra pessoa e de outra pessoa. Outra pedra era de alguém, era sua e era daquele outro. “E essa?!” espantada pensou. Ah, essa ela havia roubado. Aquela outra havia, pego emprestada. E essa outra? Essa ela nem sabia como ali havia parado; era de quem mesmo? Nem mais importava. Algumas pedrinhas estavam empoeiradas, outras tinham outras coisas junto a elas, outras brilhavam tanto que pareciam ser seu próprio sol.

Alice, enquanto olhava sua coleção de pedrinhas deixou de olhar o caminho e lá se foi, novamente, o coelho branco, atrasado, apressado, mas para quê mesmo? Alice não se importou, as pedrinhas eram mais preciosas agora. Mas, que difícil era mantê-las em seus bolsos! Elas sacudiam e faziam um barulho danado! Alice agora escutava alguém falando. “Mas como fala!” pensou. Mas era uma voz tão perto, que parecia ser dela mesma. Espantada, pensou: “será que por ser tão tagarela que agora falo, mesmo em silêncio?”. Mas escutou outra voz, e outras, e mais outra, e muitas! As vozes contavam histórias e vinham dos seus bolsos, as pedrinhas se fizeram histórias. Histórias que eram contadas por ela mesma. Por ela e por outra pessoa. Aquela outra logo mais, era por ela, por outra pessoa e por outra pessoa. Outra história era contada por alguém, por ela e por aquele outro também. Histórias que roubara, guardara e emprestara. Se viu povoada por histórias. Histórias que encontrou no garimpar pelas pedras preciosas ao longo do caminho de tijolos amarelos. E agora, Joana? O que fazer com tantas histórias?

Alice olhou para os lados e percebeu que nesse caminhar estivera sempre acompanhada. “Ufa!” pensou. Ali estavam, e eles sempre estiveram ali, Alice que por descuido achou estar caminhando sozinha. Tinho coelho branco que teima em reaparecer e a faz esquecer-se de apreciar o caminho! Ali seus companheiros

estavam, um a um, com os bolsos cheios de pedrinhas que também se fizeram histórias ao longo do caminhar.

Cansados e fascinados pelas pedrinhas, uma a uma começaram a tirar dos bolsos e espalhar ao longo do caminho de tijolos amarelos. Eles pararam, e passaram a escutar e contar as pedrinhas/histórias. Nesse tirar dos bolsos e ali colocar as pedrinhas, perceberam que o caminho de tijolos amarelos era feito por essas histórias, que eles mesmos traziam e por outras, que outros garimpeiros ali espalhavam.

Uma história sem cabeça, ou Uma cabeça sem história.

No meio da estrada de tijolos amarelos, havia uma rainha. Alice bem que desconfiou que já tinha visto aquela imponente madame antes. Talvez com outro vestido, outro manto, mas sabia que já era uma antiga conhecida. Foi, afinal, em um momento que corria atrás do coelho que trompou com Vossa Majestade, a Rainha de Copas.

Naquele instante, em que seus corpos se chocaram, plaft!

Todas as pedrinhas que levava nos bolsos estavam expostas no chão, um lindo mosaico, colorindo aquela estrada que não era mais amarela, parecia um arco-íris! Alice, encantada com a paisagem, procurou o olhar da rainha, pois esperava que, assim como quando procurava os olhares de seus companheiros do caminhar, encontrasse o mesmo encantamento. Mas, encontrou algo diferente. A rainha tinha uma expressão séria. Percebeu que, pelo caminho que a rainha caminhava, a estrada nunca esteve tão amarela, com traços muito bem alinhados. Apenas uma cor, um tamanho, um formato.

Alice percebeu que, dali para frente, o seu caminhar e o da rainha seriam o mesmo. A rainha, então, afirmou:

“O caminho deve ser composto de pedras amarelas, nas dimensões 10 cm por 10 cm, assim conseguimos fazer um caminho maior, com menos tijolos”.

Alice mostrou à rainha sua coleção de pedrinhas, apontou que elas mesmas se fizeram em caminho, no qual ela e seus companheiros estavam trilhando até ali. A rainha espantada lhe perguntou se ela sabia as dimensões de cada pedra, quantos quilômetros de estrada conseguiam construir em quantas horas. Alice respondeu:

“De que me importa o ponteiro do relógio ou quantos riscos na régua as nossas pedrinhas tem?! São tão belas, tão inquietas, elas têm vida própria!”.

A rainha, então, abriu um sorriso amargo.

“Pedra não tem vida, pedra tem um propósito, servir para fazer o meu caminho, para que eu possa caminhar! E você, trate de polir essas pedras, deixá-las no tamanho 10 cm por 10 cm e amarelas!”

Alice, mais uma vez, disse que não estava ali para polir as pedrinhas. A rainha, muito surpresa, perguntou:

“Se você não está aqui para polir as pedras, para que você existe?”.

Alice demorou a conseguir responder, balbuciou em voz baixa, já se questionando se o que estava dizendo era maluquice:

“Adoro escutar o que elas têm para me contar, me encanto quando elas pulam dos meus bolsos e criam um caminho que nem imaginava ser possível!”.

Quando Alice olhou para o rosto da rainha, ele estava vermelho. Depois se tornou um pouco roxo. Depois um vermelho tão, tão forte que achou que fosse explodir! A Rainha gritou:

“Isso é inútil! Tão inútil quanto a sua existência, menina!”.

E apontando para Alice e seus companheiros, gritou ainda mais alto:

“Guardas, cortem as cabeças!”.

4. Compartilhando histórias, elaborando uma metodologia

Após as discussões iniciais sobre a experiência do trabalho no Serviço de Abordagem Social, pude iniciar meu trabalho de pesquisa partir da escrita de dois contos, com ajuda dos contos de fadas, tomando a história de Lewis Carroll (1865/2009), *Alice no País das Maravilhas*, como referência. Processo essencial para provocar um distanciamento da rotina de trabalho e iniciar um caminho possível para a produção de um lugar de pesquisadora.

Na construção da minha questão de pesquisa, tive diversos interlocutores: o grupo de pesquisa, colegas da pós-graduação e professores. No entanto, havia um grupo de interlocutores que me acompanhavam diariamente neste processo, a equipe de trabalho na qual estou inserida. O acompanhar se dava não apenas nas discussões acerca da experiência do mestrado, mas mais precisamente sobre a minha questão: o processo de trabalho em equipe com pessoas em situação de rua.

No entanto, ainda restava a dúvida em torno de como intervir junto com a equipe para elaboração da experiência do trabalho com a rua? Como, então, aproximar as produções do meio acadêmico com o meio do trabalho cotidiano?

No momento da qualificação do projeto de pesquisa, me encontrava assim: em meio a questões teóricas e o mundo da fantasia, mas com a dúvida de como e por onde seguir. A banca de qualificação foi generosa ao apontar as inúmeras possibilidades dos enlaces entre as discussões e a ficção da personagem *Alice*, além disso acolheram o desejo da pesquisadora em buscar uma forma de aproximar a pesquisa acadêmica com a equipe de trabalho. No entanto, foi-me colocado em questão a autoria das histórias de *Alice*. De acordo com a leitura da banca as histórias seriam uma experiência singular da pesquisadora/trabalhadora. Então, como as histórias poderiam transitar pela equipe de trabalho? Não teria cada integrante da equipe que escrever sua história?

A partir desse questionamento, surge um estranhamento à pesquisadora, para ela as histórias *não* surgiram apenas da sua experiência particular, mas emergiram através da experiência coletiva, como uma tessitura entre as diversas cenas de escuta com a população de rua atendida.

Desse estranhamento, deriva, então, uma nova questão para a pesquisa: a construção e sustentação de um método de singularização de uma experiência

comum da equipe de trabalho a partir da criação de duas narrativas ficcionais da personagem Alice e de seu compartilhamento.

Michèle Petit (2009) indica que a leitura compartilhada se apresenta como um potente meio para a produção de experiências estéticas transformadoras nos processos individuais e coletivos. A atividade da leitura, mesmo que esporádica, afirma a autora, incide na construção e reconstrução de si mesmo, ao passo que o leitor se apropria singularmente do texto lido, ou até, desviando-se do mesmo. Petit reflete sobre esse processo como uma descoberta desconcertante, em que cada pessoa busca no texto o que está vinculado a suas próprias questões. Assim, a leitura estaria para além da atividade erudita, alcançando uma atividade ainda mais essencial, a qual Petit denomina como o trabalho de devaneio. Essa atividade proporciona o desenrolar das possibilidades, em um tempo particular, sobre o qual a autora reflete como uma *lentidão*² propícia ao devaneio. Por esse tempo, emerge um espaço, o qual é ofertado pela literatura, seja ela oral ou escrita. O lugar aberto por esta atividade instaura a possibilidade de traçar contornos singulares, já que as palavras contadas revelam novas paisagens ao sujeito leitor. Quando o processo de leitura é compartilhado, afirma Petit (2009), há também a possibilidade de os leitores se sentirem vinculados uns aos outros: aos personagens, ao autor, aos que leram junto, aos leitores que virão. Essa sensação de pertencimento coletivo se dá pelo fato de que pelo texto os leitores descobrem que dividem as mesmas confusões e emoções.

Jacques Rancière (1995) conceitua a *partilha do sensível* para apresentar sua proposta de compreensão do compartilhamento que segundo ele é, ao mesmo tempo, singular e coletivo. Pela constituição estética, o termo *partilha* significa tanto a participação em um conjunto comum, quanto a separação em partes exclusivas. Pelo conceito de estética, o autor a define como uma posição política do que se faz ver e sentir através de um conjunto de formas, as quais são determinadas a priori, por quem tem competência para dizer sobre a vida. A partir desse conceito, Rancière coloca em questão as diferentes práticas estéticas responsáveis por dar visibilidade a algo. Aqui destaca as práticas artísticas como principais formas de intervir na distribuição geral das formas de visibilidade, destacando o teatro e a escrita.

²Grifo nosso.

A respeito da literatura, Rancière discute o processo de ficção no qual a veracidade dos fatos é reajustada em diferentes signos pelo processo da escrita. Assim, forja-se uma indistinção entre as narrativas ficcionais e as ordenações descritivas de fatos. O autor denomina esse processo de revolução da literatura em que se modificam radicalmente as coisas, colocando o testemunho e a ficção como pertencentes a um mesmo regime de sentido.

Nesse processo estético, possibilita-se a leitura dos signos escritos em diferentes modos para a assimilação das acelerações e desacelerações da linguagem, potencializando a significação inerente aos discursos emudecidos e os níveis de significação. Assim, Rancière apresenta a literatura como uma lógica do campo da experimentação de partilhas do sensível, a qual provoca acontecimentos em que os pensamentos voam de uma experiência particular a outra através da palavra, ofertando um movimento coletivo através de diversas experiências singulares.

Rancière caracteriza uma comunidade de partilha emergindo a partir do compartilhamento do sensível. A comunidade é constituída a partir de intervalos, pois o ser em comum é definido pelos vínculos que ligam os sujeitos, mas sem apagar o registro da separação. A partir da experiência de comunidade de partilha, o comum de uma comunidade é reconfigurado, surgindo aberturas para observar, questionar, julgar e decidir acerca das coisas que surgem. Logo, o sentido de comunidade é inscrito a partir das expressões estéticas de partilha do sensível, como a literatura.

Em outro movimento, Rancière (1995) reflete sobre o processo de criação do artista, o qual também parte do comum. Assim, as expressões de partilha do sensível surgem a partir do comum e retornam para o mesmo, o que se modifica é que, no processo de criação singular do autor, dá-se visibilidade a diferentes questões que já estavam presentes no comum, porém não legitimadas por uma escolha política do que é visível ou não.

A respeito do processo de criação, Michel Foucault (1969/2009) reflete acerca dos processos de autoria. Foucault discute sobre o autor como uma função, em que o texto escrito não reflete apenas um indivíduo singular, mas uma pluralidade das posições-sujeitos frente ao discurso social. Assim, Foucault considera a função-autor como uma particularização possível da função-sujeito, não sendo a discussão principal 'qual sujeito constituiu o autor', mas a constituição do autor enquanto função do discurso.

Sendo assim, encontro na aposta do compartilhamento de histórias uma maneira de interlocução entre a pesquisa e o coletivo de trabalho. As histórias de *Alice* surgem a partir da experiência comum do cotidiano do trabalho da equipe de Abordagem Social: um comum que foi singularizado pela pesquisadora. Assim, a escrita de histórias ficcionais produziu uma nova narrativa acerca do trabalho coletivo. O retorno desse processo de singularização ao coletivo se lança como uma metodologia para analisar os efeitos do compartilhamento de histórias entre a equipe de abordagem social.

5. A partilha das histórias de *Alice*

Com o intuito de partilhar as histórias da personagem *Alice* com a equipe de trabalhadores do Serviço de Abordagem Social, em uma reunião de equipe, pautei essa possibilidade. A equipe acolheu e decidiu que seria propício um momento na própria reunião para tal atividade.

A reunião de equipe acontece semanalmente, com duração de aproximadamente três horas e conta com a participação de todos os integrantes da equipe, no total, onze pessoas, entre educadores/as sociais, técnicos sociais e coordenação. Na data definida para o compartilhamento, a reunião começaria com informes gerais e o tempo restante seria dedicado às histórias de *Alice*.

Sendo assim, na data acordada, inicio o momento dizendo aos meus colegas de trabalho que gostaria de partilhar com eles duas histórias que escrevi para a minha dissertação do mestrado e que elas contavam sobre o nosso processo de trabalho. Indico que irei lê-las e que, em seguida, gostaria de escutar o que eles acharam das histórias.

A partir do interesse da equipe, contei, então, as histórias de *Alice*. A conversa pós leitura iniciou com um silêncio. Muitos me olhavam com um sorriso e outros muito pensativos, até que um colega me pergunta: “tu és a *Alice*? Quem é a *Alice*? Porque eu me achei meio *Alice*”. Risadas. Logo após, outra colega afirma: “Bom, então teremos que construir uma nova estrada”, referindo-se a uma estratégia frente ao imperativo da *Rainha de Copas* em exigir que *Alice* transformasse as pedrinhas em tijolos amarelos.

A conversa inicia por esta possibilidade: um ato de *Alice* que, naquele momento, ninguém conseguiu explicar qual seria exatamente, mas que seria a construção de uma nova estrada em um processo de “resistência” em poder trilhar outro caminho que o da *Rainha de Copas*. A partir dessa elaboração, outro colega se pergunta se *Alice* não teria que trilhar ambos os caminhos, ao mesmo tempo e provoca: “será que há um caminho bom e outro ruim? Será que trabalhamos nesse dualismo?” – ele propõe olhar para o percurso nesses dois caminhos diferentes, como um *entre*. Em que *Alice* precisará caminhar por ambos: ora num, ora noutro.

Com essa possibilidade do *entre* acolhida pela equipe, outra colega pergunta se esse *entre* não estaria no interior da própria *Alice*. Ela lembra de uma passagem da

história, em que *Alice* encontra com a *Rainha de Copas*, no qual aparece um estranhamento: uma sensação que *Alice* já conhecera aquela imponente madame. Nesse momento, outra colega pergunta ao grupo: “O que *Alice* vê através do espelho? Ela enxerga a *Rainha de Copas*” (fazendo uma analogia com o segundo conto de Alice no País das Maravilhas, o Alice Através do Espelho). Com essa provocação, a equipe passa a discutir para além de um caminho *entre*, mas uma *posição entre* da própria *Alice*/trabalhador(a) da política de assistência social: ora *Alice*, ora *Rainha de Copas*.

Nesse momento, um silêncio se estabelece, paralisando a discussão. Seria possível continuar a conversa dando-se conta dessa dupla posição do trabalhador? O silêncio foi quebrado quando eu, pesquisadora e trabalhadora reflito: “Mas há um outro caminho possível”, lembrando do que o próprio grupo enunciou no início. Nesse momento, alguns colegas conseguem, agora, dizer o que seria a aposta simbolizada por *Alice*, e o que a leva a construir uma outra estrada: a escuta coletiva. Refletem que é, no encontro entre a equipe, que há a possibilidade de apostar na direção da escuta do sujeito, em meio a demandas de processos higienistas e de caráter urgente no atendimento à população em situação de rua.

A partir do compartilhamento das histórias da *Alice* com a equipe de trabalho, surgem dois aspectos que essa equipe e a pesquisadora-trabalhadora julgaram importantes como questões sobre o trabalho do Serviço de Abordagem Social. O primeiro, é a posição em que o trabalhador da política de Assistência Social se encontra, no *entre* representado pelas personagens *Alice* e *Rainha de Copas*. *Alice* como uma aposta ética do atendimento humanizado e singular, guiado pela escuta do sujeito, pautado em um tempo lógico, no ir e vir da equipe; e a figura da *Rainha de Copas*, como uma força inerente ao contexto das políticas públicas, a qual lança os trabalhadores a responderem uma demanda no tempo da urgência ao atendimento dos sujeitos em situação de rua, buscando alternativas estéreis e higienistas com o objetivo da saída dessas pessoas do espaço da rua.

A segunda questão apontada por eles, no processo de trabalho, é a possibilidade de elaboração das vivências de trabalho com a rua pelo encontro entre a equipe de trabalho, em momentos como as reuniões de equipe. O coletivo discorreu sobre inúmeras vezes em que aquele espaço serviu como acolhimento aos diferentes afetos que tomam os sujeitos que ali são trabalhadores, e como um espaço para a escuta a respeito dos atendimentos realizados.

O “momento” do compartilhamento das histórias se prolongou por todo o turno da reunião de equipe e finalizou com o desejo de alguns colegas em continuar a refletir sobre as questões que surgiram acerca do processo de trabalho. Assim, surgiu como possibilidade a realização de uma formação em equipe com o desenrolar da temática, no entanto, ainda sem data marcada.

5.1 Os efeitos de uma história compartilhada

Após a descrição da experiência do compartilhamento das histórias ficcionais da personagem *Alice*, como escutar os efeitos que essa intervenção produziu na equipe? A fim de organização, apresento separadamente quatro pontos para tecer a análise desse momento do encontro do cotidiano de trabalho com a ficção. No entanto, destaco que esses pontos estão em constante interlocução.

1º) Autoria:

A primeira questão que se faz no grupo de trabalho após a leitura das histórias de *Alice* é a dúvida sobre quem seria essa personagem. A própria pessoa que faz a pergunta “tu és a *Alice*? Quem é a *Alice*?”, já complementa: “Porque eu me achei meio *Alice*”. Essa cena construída a partir de uma pergunta, a qual é respondida pela mesma pessoa com uma afirmação, fala a respeito da questão da autoria frente a um texto ficcional. A capacidade das narrativas em produzir um espaço entre a verdade e a fantasia, enlaça simbolicamente seus ouvintes. Aqui está a potência de identificação singular frente a um texto literário.

Como já apresentado, Foucault (1969/2009) refere a posição do autor como uma função, em que o texto escrito apresenta a pluralidade das posições-sujeitos frente ao discurso social. Acerca das histórias presentes nesta dissertação, é identificado um processo de função-autor: através da singularização da pesquisadora em narrar a experiência de trabalho coletivo, engendra em sua escrita o discurso presente naquele contexto coletivo. Assim, as histórias de *Alice* são escritas singularmente, no entanto têm a capacidade de identificação/representação coletiva.

O movimento de criação singular, já descrito por Rancière (1995), dá-se pela capacidade em partilhar o sensível. Uma partilha que torna visível, de uma forma singular, algo que já estava sendo vivenciado no coletivo, produzindo um discurso

comum. As narrativas ficcionais de *Alice* se apresentam aqui como o que é da ordem do sensível. Através da arte literária, foi possível que a pesquisadora se tornasse capaz em partilhar um comum através do que é estético. A partir disso, foi possível que aquele coletivo narrasse e notasse diferentes nuances do cotidiano de trabalho.

Assim, ao presenciar uma forma de identificação da equipe com a personagem *Alice* nas histórias, pode se escutar que o texto produziu um enlaçamento simbólico para a posição que os sujeitos ali ocupam coletivamente: a posição do trabalhador na Assistência Social. Essa posição de atuar em uma política pública é o que atravessa a todos da equipe, mesmo que nas suas diferentes formações acadêmicas, ou nos diferentes cargos e atribuições. Ali, todos atuam a partir deste lugar: um comum, que enlaça a todos. E é, somente a partir desta posição coletiva, que a singularidade de cada sujeito/trabalhador surge.

2º) Transmissão:

A capacidade da equipe em se enxergar nesse lugar comum de trabalhador da política de Assistência Social foi possível pela oferta de uma outra forma de falar sobre o cotidiano de trabalho. Ao se ficcionalizar o processo de trabalho da Abordagem Social, foi possível não só à pesquisadora escrever sobre aquilo que lhe fazia questão sobre o trabalho e se inscrever neste lugar de pesquisa, mas também foi possível à equipe elaborar a experiência do processo de trabalho.

Os contos ficcionais se apresentam para a equipe como uma nova forma de falar sobre o cotidiano de trabalho. Como um texto inesperado, em que se oferta uma diferente superfície para reflexão. Aqui podemos dialogar com Petit (2009) quando a mesma discorre sobre a leitura de textos literários como um processo de descoberta desconcertante. Por esse motivo, possibilita que cada trabalhador/ouvinte busque no texto o que está vinculado a suas próprias questões. A singularidade que o texto encontra a cada leitor, dá o caráter do trabalho de devaneio, oportunizando aberturas ao texto, desenrolando possibilidades e um terreno para o surgimento de conteúdos férteis para a elaboração.

O momento de compartilhamento das histórias de *Alice* fez com que a equipe compartilhasse as diferentes óticas sobre suas intervenções, constituindo assim um efeito comum a todos, o que possibilitou a ascensão de um saber a respeito do processo de trabalho. O devaneio, a partir das histórias de *Alice*, começou pelo

enunciado de um trabalhador a respeito da identificação com a personagem, levando outra colega de equipe afirmar uma ação estratégica em construir novos caminhos. Frente a essa certeza, foi possível que outro membro do coletivo colocasse uma dúvida a respeito da necessidade em trilhar apenas o caminho de *Alice*. Por fim, a partir desta provocação, alguém toma a palavra e consegue enunciar o lugar comum que faz questão a todos ali presentes: o *entre*, pelo qual estão atravessados os trabalhadores da Abordagem Social.

Não é à toa que a arte surge como estratégia para narrar o trabalho em contextos de vulnerabilidade. Retomando a proposição de Seligmann-Silva (2003) acerca da possibilidade da literatura se dar como uma forma de transmissão, observa-se que, ao longo da experiência do compartilhamento das histórias, questões sobre o processo de trabalho – as quais estavam ficcionadas em *Alice* –, puderam vir à tona para discussão coletiva. Assim, através da simbolização ofertada pelo devaneio junto à fantasia, foi possível reformular cenas do cotidiano para a criação de uma imagem com capacidade de transmissão.

Retomam-se aqui as elaborações feitas por Didi-Huberman acerca de que uma experiência, mesmo singular e/ou ficcional, pode ofertar a função de lampejo para a transmissão. As narrativas de *Alice* cumpriram esta função: constituíram-se como uma outra forma de narrar o processo de trabalho em equipe. O lampejo advindo pela arte surge para dar conta da dureza em criar possibilidades de trabalho para suportar o encontro com o traumático. Trabalhar com sujeitos em situações de vulnerabilidade requer que aquele que escuta consiga encontrar formas de acomodar as diferentes facetas da desigualdade social. A equipe do Serviço de Abordagem Social consegue reconhecer como uma estratégia de cuidado ao trabalhador os momentos de encontro coletivo. Anunciando que, pelas reuniões semanais entre a equipe, há a possibilidade de partilhar os atendimentos e elaborar o que se escutou.

Os encontros semanais operam para além da capacidade de elaborar o que se escuta. Apresentam-se como importantes estratégias para lidar também com a posição *entre* do trabalhador da política pública. Essa posição também se apresenta como uma forma violenta ao sujeito que ali se põe a trabalhar. A demanda pela urgência, pela higienização dos espaços públicos da cidade nos arrebatou enquanto trabalhadores.

O mesmo Estado que negligencia e maltrata é aquele que oferece, mesmo que timidamente, um espaço de cuidado e de escuta. Refletindo sobre isso, talvez existam várias possibilidades de “ser” Estado e, com o tempo, passei a acreditar que podemos representar bem o seu lado protetor e cuidadoso, ainda que presenciando e mesmo sentindo na pele o Estado negligente e violento. (Lague, 2018, p. 40)

A posição dupla ofertada pelo Estado, como bem descrita por Lague, ancora essa posição *entre* do trabalhador da política pública. Posição que também se apresenta como violenta àquele que se dispõe a trabalhar na maquinaria pública. O traumático incide duplamente na equipe de Abordagem Social: ao escutar os usuários, e ao se escutar enquanto trabalhadores da política pública. A arte, então, surge como forma narrativa para elaborações, ofertando aberturas em que pela aposta de escuta do sujeito, possamos, enfim, continuar.

No processo de partilha das histórias de *Alice*, a equipe pode se dar conta do que lhe faz questão frente ao trabalho. Assim, retomando o conceito de *efeito-equipe* discutido por Mendes (2015), podemos lançar mão deste como um dos caminhos para refletir acerca dos efeitos produzidos pelas histórias

Os momentos de partilha e de encontro entre a equipe, mediados pela ficção, possibilitaram a emergência de um comum. O compartilhamento possibilitou a tessitura entre os vários trabalhadores e instaurou uma direção comum de intervenção, assim produzindo um *efeito-equipe*.

3º) Tempo:

A partir do trabalho de devaneio ofertado pela leitura, insere-se um o processo de desaceleração do tempo (Petit, 2009). Assim, através da literatura, cria-se um alongamento no tempo, emergindo um espaço dentro/fora, o qual instaura a possibilidade de os leitores traçarem contornos singulares e inéditos, já que as palavras narradas revelam novas significações ao sujeito.

Tendo como base a discussão feita por Lacan (1945/1998) a respeito dos tempos lógicos, Kehl (2009) afirma que os artifícios para “perder tempo” são a chave para os processos de elaboração do sujeito sobre si. Aqui, retomamos a proposta de Calvino (1998/1990) em que destaca a narrativa literária como forma de operar sobre a passagem do tempo: contraindo-o ou dilatando-o. Assim, através do encontro com a literatura, pode-se ofertar a equipe um espaço de tempo alongado para a elaboração acerca dos processos de trabalho.

Esse alongamento no tempo, remete à discussão feita por Kehl (2009) acerca da relação entre lentidão e velocidade, necessária para a criatividade do sujeito. A autora reflete que a pressa é interessante ao sujeito, desde que esta possa ser alternada com diversas maneiras de se retardar o tempo. Aqui, encontra-se um grande dilema dos trabalhadores das políticas públicas: a demanda constante pela aceleração do tempo em relação aos processos de trabalho junto às pessoas atendidas. Em relação ao trabalho com a população em situação de rua, esse fato se torna ainda mais exponencial. No entanto, é importante ressaltar, como descrito acima, que a pressa em tomar alguma decisão frente a construção do caso nos equipamentos da rede pública é potente desde que possa ser mediada por espaços de desaceleração do tempo.

A posição *entre* representada pelas personagens *Alice* e *Rainha de Copas* personificam também essa relação temporal. Na história “*Uma história sem cabeça ou Uma cabeça sem história*”, uma das vantagens apresentadas pela *Rainha* à *Alice* em transformar as pedrinhas em tijolos amarelos é o aumento da velocidade da construção da estrada. A equipe ao afirmar que a posição do trabalhador da política pública está *entre*, coloca também esta posição *entre* os tempos de aceleração e desaceleração. Atualmente, o contexto de gestão das políticas públicas exige uma maior constância das práticas guiadas pela aceleração: respostas imediatas a solicitações de abordagem social, oferta à pessoa em situação de rua desde o primeiro encontro o acesso a equipamentos para saída imediata da rua, mesmo que seja apenas por um turno do dia, entre outras. A desaceleração acontece quando se consegue produzir um distanciamento: distancia-se do barulho do trânsito de carros nas ruas, do som dos passos apressados das pessoas que passam pelas calçadas, ou até dos olhares e comentários que invadem a cena da abordagem, guiados pela curiosidade ou reprovação da ação. Quando se consegue sentar no cordão da calçada e “jogar conversa fora” ou “perder tempo com a conversa”. É pela oferta de um espaço (mesmo que público) de escuta ao sujeito que o tempo passa mais devagar. Para que os trabalhadores consigam sustentar essa posição ética frente à cidade é necessário também um espaço de desaceleração entre a própria equipe. Essa lentidão que é fértil para a elaboração dessa aposta de trabalho é sustentada pelo encontro dialógico entre o coletivo de trabalhadores.

Acerca desse tempo necessário para elaboração, retomamos os tempos lógicos do sujeito. Aqui, podemos pensar que o tempo ofertado pelo compartilhamento das histórias de *Alice*, incide sobre o tempo de compreender. Aquele do qual não se sabe ao certo sua duração, mas que estabelece um tempo de parada, em que se constituem tempos de dúvida do sujeito, apresentando-se como o desenrolar subjetivo de uma instância do tempo.

Um tempo de parada foi produzido a partir dos dois momentos de silêncio que ocorreram entre a equipe no momento do compartilhamento das histórias de *Alice*. O primeiro silêncio surge logo após o fim da leitura de ambas as histórias. Este, surge como um intervalo frente a escuta do outro, como uma descoberta desconcertante (Petit, 2009), em que não se sabia o tempo de duração e não foi interessante antecipar seu fim. Um silêncio que inaugura uma elaboração em um tempo de compreender, como uma pausa importante para que cada ouvinte acomodasse em si a trama narrativa ofertada.

O segundo silêncio se fez presente após a descoberta desconcertante ser anunciada: “O que *Alice* vê através do espelho? Ela enxerga a *Rainha de Copas*”. Como em um segundo intervalo para a elaboração do que a equipe dá se conta: sua própria posição. Foi apenas pelo olhar externo do outro proporcionado pelas histórias, que uma certeza sobre si (sobre a equipe) pode ascender. O tempo de compreender só finda à uma conclusão sobre o sujeito, a partir da relação deste sujeito com o outro. Aqui, Lacan (1945/1998) destaca a necessidade da dimensão da alteridade: é por estar em relação ao outro que pode ascender uma certeza antecipada sobre si mesmo, para então dar-se o momento de concluir.

Retornando a Rancière (1995), o comum é definido pelos vínculos que ligam os sujeitos, mas sem apagar o registro da separação. Ao longo do momento de partilha das histórias, cada trabalhador a partir dos seus apontamentos singulares pela interpretação do texto, ofertou corpo para a construção da interpretação do outro. Assim, um comum foi construído neste movimento de vai e vem, entre o singular e o coletivo.

4º) A função-supervisão:

Relembrando a proposição feita por Kaës (2005), sobre a criação de diferentes dispositivos de trabalho que possibilitem à equipe estabelecer um espaço de cuidado

subjetivo conjunto, afirma-se aqui o compartilhamento de histórias ficcionais como um dispositivo que incidiu nesse âmbito. A experiência de compartilhamento das histórias possibilitou a oferta de um espaço de cuidado e acolhimento para a equipe. Processos essenciais para a elaboração de uma práxis comum.

O momento do compartilhamento de histórias ficcionais – as quais foram singularizadas pela pesquisadora a partir do comum partilhado pela equipe – se mostrou como um processo transicional, instaurando um lugar dentro/fora. Podemos chamar, então, de *função-supervisão* o que foi proporcionado pela intervenção. Esse achado se inspira nos conceitos de *efeito-equipe*, descrito por Mendes (2015) e na função de lampejo e transmissão no trabalho de supervisão clínico-institucional, elaborado por Broide (2017).

Pelo encontro entre trabalhadores, os quais puderam falar sobre suas percepções acerca do processo de trabalho no Serviço de Abordagem Social, pode se observar que uma identificação coletiva se instaurou. Fato que se assemelha ao *efeito-equipe* proposto por Mendes (2015), em que sustenta que é pela construção de um caso que a equipe se constitui. No entanto, identifica-se não somente um efeito de constituição de equipe frente às narrativas, como também um processo de elaboração do trabalho realizado por esse coletivo.

Retomando o conceito de supervisão em Broide (2017) – que a coloca na via da transmissão –, destaca-se a posição de um saber insabido ocupada pelo supervisor. Essa posição que coloca em ato a falta oferta efeitos de verdade na fala do supervisionando. Este, ao falar sobre sua prática, se apropria de seus atos, pelo o que Broide caracteriza como uma função de lampejo: aberturas possíveis a criação de uma autoria frente a escuta que realiza. Assim, pelo compartilhamento das histórias de *Alice*, além de produzir um efeito de constituição coletiva de uma direção de trabalho, também ofertou um momento de elaboração dos processos de atuação.

As histórias, em seu caráter de transmissão, ofertaram uma posição de saber insabido sobre a prática do Serviço de Abordagem Social. Assim, ao se oportunizar um momento de fala por cada trabalhador a respeito de sua prática, este coletivo consegue se escutar e afirmar uma posição autoral frente à sua atuação na política de Assistência Social. Diante disso, um dos efeitos que o compartilhamento de histórias ficcionais produziu foi o que chamo aqui como uma *função-supervisão*.

6. Momento de concluir: aberturas possíveis a partir da *função-supervisão*

O Poder requer corpos tristes. O Poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A Alegria, portanto, é resistência porque ela não se rende. A Alegria como potência de vida nos leva a lugares onde a Tristeza nunca levaria.
Gilles Deleuze

“A minha escolha pelo percurso do mestrado se dá como um ato político”.

Essa foi a minha resposta frente a pergunta “por que a escolha pelo mestrado?”, feita por dois professores na primeira aula do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Em meados de Março de 2018, me encontrava assim: inquieta.

No início deste percurso do mestrado a minha inquietação era a necessidade em buscar alguma forma de transmitir o que me acontecia como trabalhadora de uma política pública. O “político” em minha resposta parte do que Rosa (2002) elabora como a necessidade de resgatar a radicalidade da clínica psicanalítica frente ao discurso social dominante do neoliberalismo. Este que perpetua e submete os sujeitos a violência simbólica de atribuição e adesão a lugares marginais. Rosa ainda destaca a responsabilidade que cabe a quem se põe a escutar esses sujeitos em não pactuar com a manutenção da condição do desamparo social e discursivo. Por esse motivo, também se deu a escolha por uma elaboração teórica guiada à luz da ética psicanalítica, por acreditar que toda política diz respeito à vida de cada sujeito e como ela se coloca em relação ao outro.

O trabalho como psicóloga do Serviço de Abordagem Social é uma experiência desconcertante. Sempre que acredito ter construído respostas a algumas perguntas que insistem em me acompanhar, *plaf!*, elas caem por terra. Sendo assim, aprendi (e, desde então, esse ensinamento não me abandona) que é preciso deixar as perguntas suspensas e caminhar a partir delas, pois, como elaborado por Lacan (1962/2005), é pela falta que o sujeito se coloca em movimento, à procura de seu desejo.

Assim, pela oportunidade em escrever sobre aquilo que faço, foi possível deslizar das inquietações para as elaborações. Uma passagem essencial que proporcionou a construção de uma questão de pesquisa, a qual me ofertou, enquanto

trabalhadora, uma abertura: uma (ou melhor, duas) nova(s) história(s) para seguir caminhando.

A possibilidade de me lançar ao mundo da fantasia com as histórias de *Alice*, foi o que me ofertou leveza e prazer. Aspectos mais do que essenciais no momento que vivemos, no qual se cultua a guerra e a violência. Pela construção de um processo de compartilhamento das histórias de *Alice* com a equipe de Abordagem Social foi possível observar que a partilha se constituiu como um dispositivo de cuidado.

A partir da narrativa ficcional, a equipe pôde falar sobre a sua intervenção e principalmente sobre a sua condição de trabalhador na política de Assistência Social. Tarefa que não se desenha de forma fácil, já que é preciso reconhecer a aposta em construir com o sujeito atendido formas de expressão e elaboração de seu sofrimento, mas não esquecer que há um discurso social que engendra a atuação do trabalhador social, pautado pela urgência e por processos de higienização da cidade.

Chegado o momento de concluir, identifica-se que, através da literatura, pode-se partilhar algo da experiência comum. A possibilidade de identificação com as histórias de *Alice* pela equipe, se deu pelo fato de as narrativas surgirem de um comum (Ranciére, 1995) vivido pelos trabalhadores. Comum que pode ser singularizado pela pesquisadora em sua experiência no percurso do mestrado. A narrativa literária produziu um efeito dentro/fora ao permitir o movimento de se afastar do cotidiano de trabalho e depois retornar para este ao longo da pesquisa. Um lugar transicional que se mostrou potente para construir outras formas de falar sobre o trabalho no Serviço de Abordagem Social.

A singularização da experiência comum de trabalho com a rua, pela pesquisadora, só foi possível pelo distanciamento do cenário de atuação. Evidenciando-se, aqui, a importância da aproximação da pesquisa acadêmica com o trabalho desenvolvido no cotidiano das políticas públicas e conseqüentemente a relevância de os programas de pós-graduação acolherem e se manterem em diálogo com a atuação dos trabalhadores.

As histórias ficcionais de *Alice* ofertaram uma nova forma de narrar o trabalho cotidiano, a qual fez furo nas cristalizações dos saberes nas políticas públicas. Além disso, através das narrativas, foi possível proporcionar um tempo de parada na rotina do Serviço de Abordagem Social. A arte, em sua potência de devaneio, pode alongar o tempo de compreender para a elaboração do trabalho coletivo. Essa desaceleração

constitui-se como forma de resistência à urgência imposta pelos diferentes níveis de gestão nas políticas públicas.

As narrativas ficcionais operaram em uma *função-supervisão*, por ocuparem a posição de transmissão. Esse lugar enlaça a equipe em uma transferência na função estratégica do saber-não-saber frente às histórias. Movimento que coloca em ato a falta, que proporciona efeitos de verdade no discurso produzido pela equipe acerca de suas diferentes intervenções no cotidiano de trabalho. Assim, ao se colocarem em diálogo, a equipe pode se escutar coletivamente e, em lampejos de verdades frente ao não saber, conseguem enunciar uma posição de autoria frente ao trabalho que realizam.

A equipe afirma seu lugar de *entre* na política de Assistência Social. Posição representada pelas personagens *Alice* e *Rainha de Copas*, as quais personificam os diferentes discursos que engendram a prática nesse campo de atuação. Fato identificado como causa de tensão entre os trabalhadores, o qual precisa estar em constante elaboração para que não produza ainda mais sofrimento.

A *função-supervisão*, como efeito do compartilhamento das histórias em reunião de equipe, produziu um momento de cuidado. Com a diminuição gradativa dos espaços de encontro entre trabalhadores e, conseqüentemente, a escassez de momentos para a reflexão da atuação, faz-se necessária a retomada da produção de dispositivos de cuidado em espaços de encontros coletivos já constituídos. Estratégias que surgem em meio ao próprio cotidiano de trabalho, como brechas para elaboração da experiência vivida.

A insistência em marcar a necessidade de elaboração das intervenções no trabalho com as políticas públicas se dá pelo fato de que o que constitui essa área de trabalho são as próprias pessoas que ali atuam. Os documentos norteadores não dão conta de acomodar as vivências inesperadas que se fazem presentes no cotidiano. A garantia de um atendimento respeitoso e humanizado, como muito é descrito em orientações técnicas para a atuação, só poderá ser produzido na constante elaboração das práticas pelos trabalhadores. Além de condições físicas para a intervenção nas políticas públicas, como vagas em equipamentos de proteção, meios de locomoção pela cidade, vagas em atendimentos especializados, são necessárias condições subjetivas para a atuação dos profissionais. Assim, os trabalhadores são o

fator essencial: esses que engendram e criam toda o processo de cuidado e atenção junto aos usuários das políticas públicas.

Referências bibliográficas

- Baio, V. (1999). O ato a partir de muitos. *Curinga/EBP*, (13), 66-73.
- Baldissera, M. A. P. (2019). *Entre restos, há quem sonhe: sobre a escuta psicanalítica com pessoas em situação de rua* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/>
- Benjamin, W. (1987) O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1936)
- Brasil (2013). Perguntas e respostas: O Serviço Especializado em Abordagem Social. Recuperado em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf
- Brasil (2014). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Recuperado em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Broide, E. (2017). A supervisão como interrogante da práxis analítica: do desejo de analista à transmissão da psicanálise (Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/>
- Broide, J. (2015). A construção de dispositivos clínicos. In J. Broide, & E. Broide (Orgs.), *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Broide, E., & Broide, J. (2015a). A transmissão da psicanálise na supervisão clínico-institucional. In J. Broide, & E. Broide (Orgs.), *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Broide, E., & Broide, J. (2015b). O atendimento em situações sociais críticas: a construção de um método baseado nas ancoragens do sujeito. In J. Broide, & E. Broide (Orgs.), *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Calvino, I. (1990). *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1988)
- Carrol, L. (2009). *As aventuras de Alice no País das Maravilhas*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1865)
- Corso, D. L. & Corso, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Elia, L. (2011). Inconsciente e cidade. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.), *Psicanálise e intervenções sociais*. Porto Alegre: APPOA.

- Prado, M. (Diretor). (2004). *Estamira* [DVD]. Rio de Janeiro: Europa Filmes.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86.
- Figueiredo, A. C. (2005). Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental*, (5), 44-55.
- Freud, S. (1996a). Lembranças encobridoras. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. III* (pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899)
- Freud, S. (1996b). Escritores criativos e devaneios. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. IX* (pp. 78-85). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (1996c). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. XII* (pp. 159-171). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996d). Construções em análise. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. XXXIII* (pp. 165-174). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Foucault, M. (2009). O que é um autor? In M. B. Motta (Org.), *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 264-298). Rio de Janeiro: Forense universitária. (Trabalho original publicado em 1969)
- Gagnebin, J, M. (2006). *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços comuns e partilhados, transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kehl, M. R. (2006) A criança e seus narradores. In D. L. Corso, & M. Corso (Orgs.), *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 197-213). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1945)
- Lacan, J. (2005). *O seminário: Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1962)
- Lague, C. M. (2018). Crônicas do sinal fechado: mergulhos na dor e no amor (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Mendes, A. A. (2015) *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Curitiba: Editora CRV.
- Petit, M. (2009) *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34.
- Onocko, R. & Furtado, J. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Saúde Pública*, 42(6), 1090-1096.
- Onocko, R. C. (2014) *Psicanálise e Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec.
- Orofino, M. M. B. (2017). Suspensão da descrença: uma intervenção de literatura no campo da saúde (Tese de Doutorado, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/>
- Rancière, J. (1995). *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Ribeiro, M. (2017). “Anões crescidos” e seus “corações de papel reciclável”: tecendo a socioeducação com as linhas da psicanálise (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Rodolfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de Psicanálise TEXTURA*, (2).
- Scarpato, M. de L. D.- E. (2008). Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/>
- Seligmann-Silva, M. (2003). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Susin L., & Poli M. C. (2012). O singular na assistência social: do usuário ao sujeito. In L. R. Cruz, L., & N. Guareschi (Orgs.), *O Psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis: Vozes.
- Torossian, S. D. (2019). *Narrativas literárias na construção de um método para a clínica psicanalítica das vulnerabilidades* (Projeto de PDS encaminhado ao Edital Cnpq). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.
- Winnicott, D. (1972). *Realidad y juego*. Buenos Aires: Granica. (Trabalho original publicado em 1971)
- Yusuf, Y. (2018). 20+1 cartas: travessias em direção a uma Psicanálise em Moçambique (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/>

